



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL

BOLETIM MUNICIPAL das Deliberações e Decisões

Ano XXI - N.º 23 / 2020 - 10 de novembro de 2020



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 10 de novembro de 2020

Tiragem: 13 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/

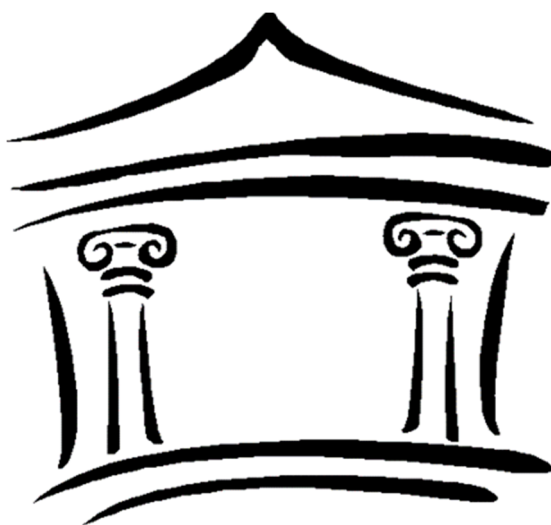
ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 28 de outubro de 2020	
Votos de Congratulação	9
Pedido de autorização para acionar as reservas de recrutamento para a contratação de seis assistentes operacionais	10
SIMAR de Loures e Odivelas - esclarecimentos e retificação de erros e omissões, prestados no âmbito do procedimento por concurso público 4/2020	10
SIMAR de Loures e Odivelas - retificação de erros e omissões no procedimento para aquisição de sete viaturas pesadas de recolha de resíduos urbanos, concurso público 14/2020 – PABS/195/2020	10
Proposta de atribuição de Condecorações Municipais - 2020	10
Acordo de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E	12
Aprovação do Relatório Final de análise das propostas apresentadas, no âmbito do procedimento por Concurso Público n.º 1972/2020, decisão de adjudicação e respetiva contratação	18
Proposta de Resolução do Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Odivelas e a Federação de Ginástica de Portugal (FGP) e a Cedência em Direito de Superfície de Parcela de Terreno Municipal	18
Atribuição do Prémio de Mérito Educativo 2020	19
Empreitada de “Construção de Jardim de Infância, na Póvoa de Santo Adrião, aprovação do Relatório Final do Júri, adjudicação e minuta do contrato de empreitada	21
Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Famões, Pontinha/Famões”, prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas, ratificação	23
Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual – Portugal	24
Aceitação de doação no âmbito da candidatura municipal ao Programa ECOVALOR 2020/2021	28

	Página
Minuta de Protocolo entre o Município de Odivelas e a MOBI.E, S.A.	28
Celebração de Acordo de Cooperação com as Juntas de Freguesia e União de Freguesia, no âmbito das iluminações e enfeites de Natal de 2020	31
Proposta de Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água (AMEGA)	37
Apoio extraordinário sob a forma de atribuição de um subsídio à Associação dos Artesãos D. Dinis	38
Atribuição de um Apoio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas	38
Atribuição de apoio extraordinário relativo às candidaturas à Medida II do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), Eixo Social, não enquadradas na alínea a), n.º 2 do artigo 10.º	38
Atribuição de apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) 2020, Eixo Social, Medida I, Medida II e Medida III	39
Atribuição de comparticipação financeira no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas Medida VI	40
Atribuição de apoio extraordinário à Sociedade Musical Odivelense	43
Aceitação de doações ao Município de Odivelas de equipamento informático	44
Aprovação da Operação de Loteamento, referente ao processo n.º 8091/L/OC, no Bairro Bons Dias, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	44
Alteração de Licença Administrativa de Operação de Alvará de Loteamento n.º 02/2010 na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões, Processo n.º 24340/L/OC	45
Alteração ao 9.º Aditamento do Alvará de Loteamento n.º 14/89 na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões, Processo n.º 31158/OM	45
Alteração ao Alvará de loteamento n.º 4/2011 na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões, Processo n.º 2731/LO/GI	45
Alteração ao Alvará de loteamento n.º 1/2013 na União das Freguesias de Ramada e Caneças, Processo n.º 4494/LO/GI	46
Alteração ao Alvará de loteamento n.º 5/2001 na União das Freguesias de Pontinha e Famões, Processo n.º 35224/LO/GI	46

	Página
Alteração ao Alvará de loteamento n.º 10/2002 na União das Freguesias de Ramada e Caneças, Processo n.º 1376/LO/GI	46
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 305, inserido no Bairro do Trigache Norte AUGI 1, na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões	46
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 100B, inserido no Bairro do Girassol, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	47
 UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	47
Editais	50
Avisos	51
Decisões com Eficácia Externa	57
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
 13.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 22 de outubro de 2020	
Moções	61
Recomendações	62
4.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020 – 18.ª Alteração Orçamental	63

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



CÂMARA MUNICIPAL

21.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 28 de outubro de 2020

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

TOMÁS ALONSO CAMPEÃO NACIONAL DE MOTOCICLISMO

Tomás Alonso, residente em Odivelas, sagrou-se no passado fim de semana Campeão Nacional de Motociclismo na classe SSP300, em prova disputada no Autódromo Fernanda Pires da Silva, no Estoril.

O talentoso piloto odivelense concretiza assim um objetivo pessoal e desportivo que esteve bem perto de acontecer em 2019.

Na última corrida da edição de 2020 deste campeonato, Tomás Alonso demonstrou uma vez mais a sua inegável qualidade e resiliência e, perante as dificuldades climatéricas, somadas a uma queda, conseguiu um feito de excelência no motociclismo nacional, motivo de grande orgulho para o Concelho de Odivelas.

Tomás Alonso é um jovem piloto, a construir uma carreira sólida nesta variante desportiva, tendo inclusive, durante este ano de 2020, participado em duas provas do campeonato do Mundo de SSP300. Este título nacional alcançado contribuirá decisivamente para apoiar o objetivo de termos mais um nome de grande qualidade do desporto motorizado de velocidade à escala internacional.

A Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 28 de outubro de 2020, congratula o Piloto Tomás Alonso pela sua extraordinária performance desportiva e consequentemente pelo título de Campeão Nacional conquistado.

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 04 de novembro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

IVO LOPES TRICAMPEÃO NACIONAL DE MOTOCICLISMO

Disputada a última prova do Campeonato Nacional de Velocidade, variante de Superbikes, nos passados dias 24 e 25 de outubro, no Autódromo Fernanda Pires da Silva, Estoril, Ivo Lopes alcançou o tricampeonato, registo inédito em Portugal e que marca a trajetória ascendente deste piloto ligado a Odivelas no seu percurso pessoal.

Ivo Lopes que, para além de competir neste campeonato, disputa também o OPEN1000 e o ESBK de Motociclismo, é já um dos nomes maiores dos desportos motorizados em Portugal e um dos valores seguros a nível internacional.

Com este tricampeonato, Ivo Lopes entra no restrito grupo de pilotos que marcam eras, alcançando um feito único e contribuindo para o desenvolvimento competitivo deste desporto com muitos apaixonados no nosso Concelho.

A Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 28 de outubro de 2020, congratula o piloto Ivo Lopes pela sua extraordinária performance desportiva e consequentemente pelo título de Campeão Nacional que alcançou.

A Câmara Municipal felicita ainda a Federação de Motociclismo de Portugal por, apesar dos constrangimentos resultantes da situação de saúde pública e cumprindo todas as normas de segurança da Direção Geral de Saúde, nomeadamente provas sem público, ter mantido o calendário competitivo e assim permitir que pilotos e marcas pudessem desenvolver a sua atividade.

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 04 de novembro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

RECURSOS HUMANOS**ACIONAMENTO DE RESERVAS DE RECRUTAMENTO
COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE SEIS ASSISTENTES
OPERACIONAIS (PESSOAL NÃO DOCENTE)**

Pedido de autorização para acionar as reservas de recrutamento para a contratação de seis assistentes operacionais (pessoal não docente), por tempo indeterminado, constituídas em resultado de procedimentos concursais comuns desencadeados nos diversos agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7981, de 2020.10.19.

(Aprovado por unanimidade)

SIMAR DE LOURES E ODIVELAS**ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DE ERROS E
OMISSÕES DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO
RESERVATÓRIO DOS PEDERNAIS - CP 4/2020**

Ratificação da decisão tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 73.ª reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 2020, referente aos esclarecimentos e retificação de erros e omissões, prestados no âmbito do procedimento por concurso público 4/2020, correspondente à "Empreitada de Construção do Reservatório dos Pedernais", nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugada com os números 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, de acordo com a informação n.º Interno/2020/8136 de 2020.10.21 do Processo n.º 26/DMGAG.

(Aprovado por unanimidade)

**RETIFICAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES
PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SETE
VIATURAS PESADAS DE RECOLHA DE
RESÍDUOS URBANOS**

Ratificação da decisão tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 73.ª reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 2020, referente à retificação de erros e omissões no procedimento para aquisição de sete viaturas pesadas de recolha de resíduos urbanos e correspondentes serviços de manutenção, dividido em Três Lotes, concurso público 14/2020 – PABS/195/2020, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugada com os números 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, de acordo com a informação n.º Interno/2020/8133, de 2020.10.21 do Processo n.º 27/DMGAG/2020.

(Aprovado por unanimidade)

CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS**ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS
2020**

"Proposta n.º 04/PRES/2020

Assunto: Proposta de atribuição de Condecorações Municipais - 2020

I. A atribuição das condecorações municipais, para além de representar o reconhecimento público de pessoas singulares ou coletivas que ao longo dos anos tenham contribuído de forma expressiva para fortalecer a nossa identidade local, pretende também, de forma simbólica, estimular, promover e enaltecer o serviço prestado voluntariamente à comunidade.

Nesse sentido, o Município de Odivelas à semelhança dos anos anteriores, por ocasião do seu 22º Aniversário, prestará homenagem a pessoas singulares e coletivas que por méritos pessoais, por feitos cívicos ou por exemplar dedicação à causa pública por assinaláveis serviços prestados e merecedores de público reconhecimento, tenham dado o seu contributo para o engrandecimento e dignificação do Concelho de Odivelas.

Na sequência da deliberação do Conselho das Condecorações Municipais, reunido no passado dia 30 de setembro (ata em anexo), foi dado parecer favorável à atribuição das seguintes condecorações municipais:

Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro:

- Ilene Maria de Noronha Lopes
- Eliseu Augusto do Nascimento
- Fernando Jorge dos Santos
- Guilherme Gonçalves Duarte
- Teresinha de Fátima Lopes Semedo
- Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião
- José Belo Vieira

Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata:

- Henrique Rodrigues (a Título Póstumo)
- Júlio da Silva e Sousa
- Edgar Abílio Cordeiro de Castro Oleiro
- Dionísio de Jesus Ferreira

Medalha Municipal de Dedicção Pública, Grau Ouro:

- Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes (a Título Póstumo)

Medalha Municipal de Dedicção Pública, Grau Prata:

- Projeto Transformar WIZARDSMILE - Associação de Apoio a Crianças e Jovens
- Espaço Nova Vida Associação de Solidariedade Social, IPSS

Medalha Municipal de Dedicção Pública, Grau Bronze:

- José Lourenço Rodrigues (a Título Póstumo)
- Yuri Moisés Lopes Bumba

II. A atribuição da Medalha Municipal de Mérito Ouro e Prata, carece apenas de aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, nos termos do Art.º 5.º do RAMM.

III. A atribuição da Medalha Municipal de Dedicção Pública é da competência do signatário, nos termos do disposto no Art.º 7.º do RAMM.

A votação das Medalhas de Mérito será realizada por sufrágio secreto.

Odivelas, 22 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

Deliberado, por escrutínio secreto, de acordo com a Proposta n.º 04/PRES/2020, datada de 22 de outubro 2020, o seguinte:

Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro:

- Ilene Maria de Noronha Lopes,

(Aprovado por unanimidade.)

- Eliseu Augusto do Nascimento,

(Aprovado por unanimidade.)

- Fernando Jorge dos Santos,

(Aprovado por unanimidade.)

- Guilherme Gonçalves Duarte,

(Rejeitado por maioria, com 4 votos a favor e 5 votos contra e 2 abstenções.)

- Teresinha de Fátima Lopes Semedo,

(Aprovado por unanimidade.)

- Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião,

(Aprovado por unanimidade.)

- José Belo Vieira,

(Aprovado por unanimidade.)

Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata:

- Henrique Rodrigues (a Título Póstumo),

(Aprovado por unanimidade.)

- Júlio da Silva e Sousa,

(Aprovado por unanimidade.)

- Edgar Abílio Cordeiro de Castro Oleiro,

(Aprovado por unanimidade.)

- Dionísio de Jesus Ferreira,

(Aprovado por unanimidade.)

Medalha Municipal de Dedicção Pública, Grau Ouro:

- Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes (a Título Póstumo),

(Aprovado por unanimidade.)

Medalha Municipal de Dedicção Pública, Grau Prata:

- Projeto Transformar WIZARDSMILE - Associação de Apoio a Crianças e Jovens,

(Aprovado por unanimidade.)

- Espaço Nova Vida - Associação de Solidariedade Social, IPSS,

(Aprovado por unanimidade.)

Medalha Municipal de Dedicção Pública, Grau Bronze:

- José Lourenço Rodrigues (a Título Póstumo),

(Aprovado por maioria, com 8 votos a favor e 1 voto contra.)

- Yuri Moisés Lopes Bumba,

(Aprovado por maioria, com 8 votos a favor e 1 voto contra.)

ACORDO DE COOPERAÇÃO

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A
CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS E O
METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.**

Acordo de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. O presente acordo tem por objeto definir os termos e condições da cooperação a estabelecer entre as partes tendo em vista o estudo, planeamento e concretização dum projeto de expansão da cobertura intermodal da atual linha amarela do Metropolitano de Lisboa, a partir de Odivelas, nas zonas de maior densidade urbana com continuidade entre os concelhos de Loures e Odivelas, de acordo com a Proposta n.º 5/PRES/2020 de 21 de outubro de 2020, e nos termos da minuta do acordo de cooperação.

“Proposta n.º 05/PRES/2020

Assunto: Proposta de celebração de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., tendente ao estudo, planeamento e concretização do projeto de expansão da cobertura intermodal da linha amarela do Metropolitano de Lisboa, a partir de Odivelas, com continuidade ao Concelho de Loures.

Considerando que,

O Município de Odivelas, a par do seu congénere Município de Loures, tem vindo a reivindicar a rápida concretização do plano de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa a Loures – consubstanciada na extensão do metropolitano a partir de Odivelas.

A referida expansão, em formato de “U”, com cerca de 12 Km, fará chegar o metropolitano à sede do Concelho de Loures, projeto este que contribuirá decisivamente não só para a melhoria da mobilidade urbana no Concelho de Odivelas, através da criação de novas estações de metropolitano neste Concelho, com benefício direto dos munícipes de Odivelas, reduzindo os atuais problemas de congestionamentos e libertando o estacionamento, promoverá o aumento da acessibilidade e conectividade em transporte público, bem como reduzirá substancialmente os tempos de deslocação, assegurando, desta forma, a descarbonização, a mobilidade sustentável, beneficiando assim a qualidade de vida da população de Odivelas e a da área norte de Lisboa.

Neste sentido, o Município de Odivelas assume como política prioritária a passagem para um padrão de mobilidade sustentável, aos níveis económico, social e ambiental, tornando-se, assim, necessário o reforço e a melhoria das infraestruturas de transporte público, visando o aumento da coesão do território na Área Metropolitana de Lisboa, através da melhoria das condições de acessibilidade conferindo credibilidade e confiança no seu sistema, procurando, através de uma adequada oferta, ser alternativa ao transporte individual.

Na mesma ótica, torna-se também necessária a conservação dos espaços-canal adequados a opções de gestão articulada de todos os meios, e soluções urbanísticas convidativas ao uso do transporte público.

A adoção de um novo sistema tarifário metropolitano com a criação do Passe Único Metropolitano, comum a todos os modos e a todos

os operadores públicos e privados, implementado na Área Metropolitana de Lisboa através do seu Regulamento n.º 278-A/2019, de 19 de março (publicado no *Diário da República*, 2.º Suplemento, Série II – N.º 61 – de 27 e março de 2019), e sob a sua gestão – através dos Contratos Interadministrativos celebrados em 18 de março de 2019, que delegaram naquela entidade as competências de autoridade de transportes relativas à imposição de obrigações de serviço público e ao pagamento aos operadores das compensações financeiras correspondentes, na medida do necessário à execução deste sistema tarifário, tendo trazido novos utilizadores ao sistema de transporte público coletivo, demonstrando assim que, com base na igualdade de tratamento e de oportunidades prestadas, é possível uma alteração do modo e hábitos de mobilidade.

Assim, no Município de Odivelas afigura-se essencial o reforço das redes de transporte coletivo em sítio próprio (TCSP) e de maior capacidade, de forma a combater a carência de meios de mobilidade da população e evitar o risco de desarticulação intermodal.

O Metropolitano de Lisboa, no âmbito do plano de expansão da sua rede, tem vindo a estudar as possibilidades de alargamento à área dos Concelhos limítrofes da capital, designadamente através do desenvolvimento e concretização do projeto que envolve a expansão/prolongamento da cobertura intermodal da atual linha amarela a partir de Odivelas, nas zonas de maior densidade urbana com continuidade entre os Concelhos de Loures e Odivelas.

O Município de Odivelas reconhece que o Metropolitano de Lisboa possui a experiência e Know-how necessários à promoção dos estudos necessários para o efeito.

Os encargos resultantes da elaboração dos estudos e do projeto, calculados até ao montante total de € 2.409.261,00 (dois milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos e sessenta e um euros), resultam para o Município de Odivelas numa comparticipação a ser prestada ao Metropolitano de Lisboa no valor de € 542.408,88 (quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oito euros e oitenta e oito cêntimos), ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, sendo que, 30% deste montante será adiantado na data da assinatura do Acordo de Cooperação que ora se propõe celebrar, após obtenção do respetivo visto em sede de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e, o valor remanescente, pago em quinze (15) mensaldades sucessivas de valor igual, acrescidas de IVA à taxa legal em vigor, vencendo-se o primeiro

pagamento no final do mês seguinte ao da assinatura do aludido Acordo.

Compete aos Municípios o planeamento, desenvolvimento, organização e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos respetivos equipamentos e infraestruturas, podendo, para o efeito, participar com outras entidades, no que diretamente se relacione com as respetivas atribuições.

É de todo o interesse do Município de Odivelas associar-se ao Município de Loures e ao Metropolitano de Lisboa, com vista à prossecução do interesse público e das respetivas atribuições e competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros.

Assim, e face ao exposto, tenho a honra de propor que o órgão executivo municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere o seguinte:

a) Aprovar a celebração do “Acordo de Cooperação”, nos termos da minuta em anexo, tendo por objeto definir os termos e condições da cooperação a estabelecer entre o Município de Odivelas, Município de Loures e Metropolitano de Lisboa, E.P.E., tendo em vista o estudo, planeamento e concretização dum projeto de expansão da cobertura intermodal da atual linha amarela do Metropolitano de Lisboa, a partir de Odivelas, nas zonas de maior densidade urbana com continuidade entre os concelhos de Loures e Odivelas;

b) Assumir os encargos resultantes da elaboração dos estudos e do projeto, até ao montante total de € 2.409.261,00 (dois milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos e sessenta e um euros), cabendo ao Município de Odivelas a comparticipação ao no valor de € 542.408,88 (quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oito euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido em mais de um ano económico, através da assunção de compromissos plurianuais, existindo para o efeito dotação disponível no projeto 2020/A/373 – 3603/08010102.

c) Que na data da assinatura do Acordo de Cooperação, seja adiantado ao Metropolitano de Lisboa, 30% do montante acima referido, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

d) Tendo por referência o artigo 7.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que introduz uma alteração ao artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, diploma que estabelece a organização e processo do Tribunal de Contas, o qual prescreve no seu n.º

1 que ficam dispensados de fiscalização prévia os contratos nele referidos de valor inferior a € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros), mais se propõe que, previamente à consequente comparticipação da despesa associada ao referido Acordo, seja o processo submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 46.º da referida Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, uma vez que o valor global dos estudos ultrapassa o mencionado valor.

Odivelas, 21 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

“ACORDO DE COOPERAÇÃO

Entre:

O Município de Loures, pessoa coletiva n.º ..., com sede em ..., Loures, neste ato representado por ..., ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 1, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como primeiro outorgante;

O Município de Odivelas, pessoa coletiva n.º 504293125 com sede em Paços do Concelho – Quinta da Memória - Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 1, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como segundo outorgante;

O Metropolitano de Lisboa, E. P. E., com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 28, 1069-095 Lisboa, NIPC 500192855, representada pelos Eng. Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos e Eng. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos na qualidade, respetivamente, de Presidente e Vogal do Conselho de Administração, com poderes para o ato, doravante também designada por “Metropolitano de Lisboa”, como terceiro outorgante

Em conjunto designados “Partes”,

Considerando que:

A. A melhoria da mobilidade urbana é um dos principais desafios das próximas décadas para Portugal, e muito em particular para os municípios

da área metropolitana de Lisboa, que assumem como política prioritária a transição para um padrão de mobilidade sustentável a nível económico, social e ambiental;

B. O Programa de Apoio à Redução Tarifária e o novo sistema tarifário implementado na Área Metropolitana de Lisboa em 1 de abril de 2019, através do Regulamento AML n.º 278-A/2019, de 19 de março, trouxe novos utilizadores ao sistema de transporte público coletivo, mostrando que é possível alterar o modo e hábitos de mobilidade;

C. Para continuar a dar resposta a este desafio, fidelizando e conquistando novos utilizadores, importa adequar a oferta de transporte público ao território e às necessidades da população, fomentando soluções que permitam reduzir a dependência do veículo próprio e assim dar qualidade de vida e saúde aos habitantes;

D. A rede de transporte público coletivo rodoviário (TPCR) da área metropolitana de Lisboa, que resultará da conclusão do concurso internacional promovido pela AML e pelos municípios que a compõem, ainda que aumente substancialmente a oferta de serviço público de transporte, não resolverá as carências de transporte público estrutural de grande capacidade que se verificam, quer nas condições da rede existente, quer na sua ausência em eixos de ligação de polos de centralidade com relevante concentração de serviços, equipamentos, emprego ou habitação;

E. Neste sentido, a par da estabilização da rede metropolitana de TPCR, é igualmente prioritária a estabilização da rede estruturante dos modos de transporte de maior capacidade, com que aquela se articulará, em termos de traçado e tipologia, de forma a permitir a reserva dos respetivos espaços canal, as melhores opções de gestão articulada de todos os meios, e soluções urbanísticas convidativas ao uso do transporte público;

F. Os municípios de Loures e Odivelas entendem ser fundamental, para a coesão dos respetivos territórios, e destes com a região metropolitana, o reforço das redes de transporte coletivo em sítio próprio (TCSP) e de maior capacidade;

G. O necessário reforço dos TCSP, não pode continuar a ser protelado por sistemáticas alterações de modelo que, para além das consequências de descredibilização dos instrumentos de planeamento de suporte, se traduzem na injustificada persistência de carência de meios de mobilidade da população afetada e no risco de desarticulação intermodal;

H. Compete aos municípios o planeamento, desenvolvimento, organização e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos respetivos equipamentos e infraestruturas, podendo para o efeito participar com outras entidades, no que diretamente se relacione com as respetivas atribuições;

I. Constitui objeto do Metropolitano de Lisboa a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente;

J. O Metropolitano de Lisboa pode desenvolver vias para transporte coletivo parcialmente à superfície, em trincheira, ao nível do solo, ou em viaduto, quando razões de ordem técnico-económica o justifiquem, bem como outras modalidades de transporte público de passageiros, fundadas na identidade tecnológica, ou contributivas para a otimização e racionalização do sistema de transportes;

K. O Metropolitano de Lisboa tem em curso um plano de expansão da sua rede, e, nesse contexto, tem vindo a estudar as possibilidades de alargamento;

L. A expectativa e necessidade sentida nos municípios de Loures e Odivelas, pela criação de linhas de TCSP que superem a deficiente capacidade do transporte coletivo rodoviário, designadamente nas áreas urbanas mais densificadas;

M. Adicionalmente, os Municípios de Loure e Odivelas têm interesse em assegurar uma ligação rápida entre os aglomerados populacionais, os equipamentos de maior utilização e a estação Odivelas do Metropolitano de Lisboa, por forma a melhorar a conectividade dos seus territórios;

N. Em face do exposto, as Partes Outorgantes concordam no desenvolvimento coordenado de estudos de planeamento de uma rede de TCSP que assegure a expansão e articulação dos serviços do Metropolitano de Lisboa, com as infraestruturas de conectividade regional, maximizando a eficiência e eficácia do serviço público de transporte de passageiros no seu conjunto;

O. Os municípios de Loures e Odivelas têm interesse em assegurar uma maior capacidade de ligação entre os respetivos territórios, particularmente os de maior densidade urbana, e

destes no contexto metropolitano, designadamente com Lisboa;

P. As autarquias podem associar-se com vista à prossecução conjunta de parte ou da totalidade das respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros;

As Partes Outorgantes obrigam-se, mútua e reciprocamente, a cumprir o presente Acordo de Cooperação ("Acordo"), em conformidade com os princípios gerais do Direito Administrativo e o disposto nos Artigos 1.º, 5.º e 5.º-B do Código dos Contratos Públicos, nos termos das cláusulas e regras seguintes:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

1. O presente Acordo tem por objeto definir os termos e condições da cooperação a estabelecer entre as Partes tendo em vista o estudo, planeamento e concretização dum projeto de expansão da cobertura intermodal da atual linha amarela do Metropolitano de Lisboa, a partir de Odivelas, nas zonas de maior densidade urbana com continuidade entre os concelhos de Loures e Odivelas.

2. As Partes têm conhecimento de que a participação do Metropolitano de Lisboa neste projeto, incluindo o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo, depende da prévia autorização da Tutela.

Cláusula 2.ª
(Finalidades do protocolo)

1. As Partes pretendem, através da cooperação prevista no presente Acordo, promover o desenvolvimento de uma rede de transporte coletivo em sítio próprio (TCSP) que ligue os territórios de Loures e Odivelas e garanta o acesso intermodal.

2. Para a prossecução deste fim, as Partes consideram necessário:

(a) Definir o quadro jurídico e institucional mais adequado para a promoção concertada do Projeto;

(b) Planear a rede e a inserção urbana das infraestruturas de transporte e definir a localização de Parques de Material e Oficinas e demais infraestruturas de apoio à exploração;

(c) Definir as soluções tecnológicas de suporte aos serviços de transporte a implementar, designadamente quanto à concretização da tipologia de serviço a adotar,

(d) Proceder à conceção das infraestruturas de transporte e de apoio à exploração, bem como definir o faseamento da execução (construção) daquelas infraestruturas;

(e) Definir o modelo e as soluções de financiamento das infraestruturas a executar;

(f) Definir os moldes de articulação dos serviços de transporte em causa, bem como os respetivos modelos de financiamento e de exploração;

(g) Avaliar a viabilidade económico-financeira global do Projeto;

(h) Envolver a Área Metropolitana de Lisboa (AML), no âmbito das competências relativas à articulação da rede de transportes metropolitana.

Cláusula 3.^a
(Compromissos)

Para efeitos de desenvolvimento do Projeto, as Partes comprometem-se a:

(a) Cooperar, de um modo geral, para a prossecução dos objetivos visados pelo presente Acordo;

(b) Proceder à articulação entre as Partes Outorgantes;

(c) Adotar medidas para adequar os Planos de Ordenamento dos municípios abrangidos e reservar os espaços canais necessários à concretização do Projeto;

(d) Dar conhecimento às demais Partes da implementação dos instrumentos de planeamento ou atos de gestão urbanística com impacto relevante no Projeto, ou no espaço a cativar para a sua concretização;

(e) Cumprir, de forma diligente e atempada, quaisquer obrigações que venham a assumir, no âmbito do desenvolvimento do Projeto, para com as restantes Partes ou para com terceiros.

Cláusula 4.^a
(Estudos e Planeamento)

1. Cabe ao Metropolitano de Lisboa desenvolver os Estudos Prévios e avaliação da viabilidade e conceção do projeto de mobilidade de transporte.

2. As Partes reconhecem o Metropolitano de Lisboa como detentor do know-how e adequada experiência para promoção dos estudos, dada a complementaridade dos trabalhos com o plano de

expansão em curso da rede de metropolitano por si desenvolvida.

3. Quando em cumprimento do presente Acordo, o Metropolitano de Lisboa recorra à subcontratação de terceiros, fica obrigado a promover os procedimentos pré-contratuais que, nos termos da legislação sobre contratação pública em vigor, seriam aplicáveis aos Municípios Outorgantes.

4. Todas as Partes, no cumprimento do quadro legal aplicável, providenciam apoio técnico, jurídico e económico financeiro à elaboração dos estudos necessários ao desenvolvimento do Projeto e ao cumprimento dos objetivos do presente Contrato previstos na Cláusula 2.^a, respeitando o princípio da prossecução do interesse público.

5. As partes outorgantes comprometem-se a estabelecer as condições de inserção da solução a projetar para a rede, nos respetivos territórios sob sua tutela administrativa, particularmente de harmonização com as áreas urbanas envolvidas.

Cláusula 5.^a
(Enquadramento institucional)

As Partes Outorgantes reconhecem, no envolvimento da AML, impactos positivos para o Projeto, comprometendo-se a permitir a participação desta entidade no protocolo e o alargamento do seu objeto, quando tal se revele adequado e se as Partes concordarem com esse alargamento.

Cláusula 6.^a
(Encargos e financiamento do Projeto)

1. As Partes assumem conjuntamente, e de forma proporcional, os encargos resultantes da elaboração dos estudos e do Projeto, até ao montante total de € 2.409.261,00

2. Para os efeitos previstos no número anterior, os Municípios reembolsam o Metropolitano de Lisboa dos custos por este suportados, para o fim acordado, de acordo com a seguinte repartição:

Entidade	Montante (acrescido de IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável)
Município de Loures	€ 719.007,12
Município de Odivelas	€ 542.408,88

3. Os Municípios, na data de assinatura do presente Acordo, adiantam, na respetiva proporção, 30% do montante referido no número anterior ao

Metropolitano de Lisboa, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4. O valor remanescente imputável a cada Município será pago ao Metropolitano de Lisboa em 15 mensaldades sucessivas de valor igual, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, sendo o primeiro pagamento devido no final do mês seguinte ao da assinatura do Acordo.

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as Partes Outorgantes comprometem-se a viabilizar a obtenção de financiamento para o Projeto, designadamente europeu, sempre que o mesmo revele ter enquadramento.

Cláusula 7.^a
(Grupo de Trabalho)

Para dar cumprimento aos objetivos do presente Acordo, as Partes acordam constituir um Grupo de Trabalho, que garanta o acompanhamento permanente do desenvolvimento do Projeto.

Cláusula 8.^a
(Comunicações)

Quaisquer comunicações a efetuar entre as Partes Outorgantes nos termos do presente Acordo são suficientes, válidas e eficazes, a partir da data da sua receção, desde que feitas por escrito, através de carta ou *email* para qualquer um dos endereços ou contactos que os outorgantes indicam na presente cláusula:

Município de Loures:

Morada:
Telefone: +351 21
Email:

Município de Odivelas:

Morada: Paços do Concelho – Quinta da Memória -
Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372
Odivelas
Telefone: +351 21 932 00 00
Email: geral@cm-odivelas.pt

Metropolitano de Lisboa:

Morada:
Telefone: +351 21
Email:

Cláusula 9.^a
(Boa-fé)

1. As partes, na qualidade em que intervêm, aceitam de boa-fé o presente Acordo, nos seus

precisos termos, comprometendo-se a cumprir as suas cláusulas bem como a cooperar entre si, tendo em vista o cumprimento célere e pacífico das obrigações assumidas, nomeadamente através do exercício do dever de informação mútua.

2. As Partes comprometem-se desenvolver todos os esforços para resolver, por acordo, os eventuais litígios emergentes da execução e interpretação do presente protocolo.

Cláusula 10.^a
Direito de Resolução

1. Qualquer das Partes pode resolver o presente Acordo fundado em incumprimento de uma das outras partes, mediante comunicação escrita dirigida a todas, e encaminhada para os endereços eletrónicos institucionais referidos na cláusula 8.^a, invocando os fundamentos.

2. Sempre que o incumprimento for sanável, as partes só podem exercer o direito de resolução do Acordo caso, a parte faltosa, notificada para o sanar no prazo de 15 (quinze) dias, não proceda à referida sanção.

Cláusula 11.^a
Duração, produção de efeitos e modificações

1. O presente Acordo é celebrado pelo prazo de 14 (catorze) meses, o qual pode ser prorrogado por acordo escrito entre as Partes.

2. O Acordo entra em vigor na data da respetiva assinatura.

3. O presente Acordo pode ser modificado por acordo escrito entre as Partes Outorgantes, sob a forma de adenda.

Cláusula 12.^a
Regime subsidiário

O presente Acordo rege-se, no omissso, pela Parte III do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo Código do Procedimento Administrativo, pelos princípios gerais de direito administrativo e demais legislação aplicável.”

(Aprovado por unanimidade)

CONCESSÃO DE TERRENO MUNICIPAL**CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO NO CASAL DA CAROCHIA**

Aprovação do Relatório Final de análise das Propostas apresentadas, no âmbito do procedimento por Concurso Público n.º 1972/2020 para Concessão de Terreno Municipal para a Construção e Exploração de Complexo Desportivo Integrado no Casal da Carochia, com anúncio do procedimento publicado no *Diário da República* n.º 36, II.ª Série, de 20 de fevereiro de 2020, e decisão de Adjudicação e respetiva contratação, da proposta contida no Relatório Final de análise das propostas, à concorrente LIFE MANGEMENT, S.L., nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), de acordo com a informação n.º Interno/2020/8235, de 2020.10.23.

Nota: A autorização do procedimento, o aviso de abertura do concurso, as respetivas peças do procedimento e a constituição do júri, foram objeto de deliberação na 24.ª reunião ordinária, da Câmara Municipal, realizada em 13 de dezembro de 2019 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 26 de 2019), e da Assembleia Municipal na 2.ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 16 de janeiro de 2020 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 3 de 2020).

(Aprovado por maioria)

RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO**RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL**

Proposta de Resolução do Contrato de Comodato N.º 02/GGPAG/2018, celebrado entre o Município de Odivelas e a Federação de Ginástica de Portugal (FGP), deliberado na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 7 de maio de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 9 de 2018), de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 432.º do Código Civil, e a consequente aprovação da proposta de Acordo de Resolução do mencionado contrato, e a Cedência, em Direito de Superfície, da Parcela de Terreno Municipal com a Área de 3.830 m², com o valor de €1.011.330,00 (um milhão, onze mil, trezentos e trinta euros), sita na Rua Álvaro de

Campos, Bairro da Codivel, Freguesia de Odivelas, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha n.º 6692 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo 12932, da Freguesia de Odivelas, a Favor da Federação de Ginástica de Portugal, ao abrigo do disposto nas alíneas ee) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com a alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, e nos termos do previsto nos artigos 165.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma que aprova em Anexo o novo Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7665 de 2020.10.09.

“Acordo de Resolução do Contrato de Comodato N.º 02/GGPAG/2018, outorgado em 04/06/2018, entre o Município de Odivelas e a Federação de Ginástica de Portugal

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, adiante designado por Primeiro Outorgante,

E

FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL, Pessoa Coletiva com o n.º 501 381 074, com sede na Estrada da Luz, n.º 30-A, 1600-159 Lisboa, neste ato representada pelo Presidente da Direção, João Paulo do Nascimento e Oliveira da Rocha, natural da Lapa, Concelho de Lisboa, residente na Rua das Flores, n.º 11 B, 3.º Esquerdo, 2845 - 367 Amora, Contribuinte Fiscal n.º 176 127 933, portador do Cartão de Cidadão com o Número de Identificação Civil 05511302 8ZY5, válido até 01/08/2021, no uso dos poderes conferidos pelos Estatutos e verificados pela exibição da Ata de Apuramento Geral relativa às Eleições para Titulares dos Órgãos da Federação de Ginástica de Portugal, de 10 de dezembro de 2016, adiante designada por Segundo Outorgante,

Ao abrigo do disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 432.º do Código Civil, é celebrado e reciprocamente aceite o presente Acordo de

Resolução do Contrato de Comodato N.º 02/GGPAG/2018, outorgado em 4 de junho de 2018, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Os representantes do Primeiro e Segundo Outorgantes, em nome dos seus representados, acordam em resolver o Contrato de Comodato N.º 02/GGPAG/2018, outorgado em 4 de junho de 2018, relativo ao edifício designado Polidesportivo Municipal Honório Francisco sito na Rua Álvaro de Campos, Codivel, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 6553, e inscrito na Matriz Predial respetiva sob o artigo provisório P12932, ambos da Freguesia de Odivelas, propriedade do Primeiro Outorgante.

Cláusula Segunda

Primeiro e Segundo Outorgantes acordam que a resolução do Contrato de Comodato mencionado na Cláusula anterior, produzirá efeitos a partir da data da entrega das chaves do imóvel comodatado.

Cláusula Terceira

Primeiro e Segundo Outorgantes acordam em como nada têm a haver um do outro como consequência da resolução do Contrato de Comodato identificado na Cláusula Primeira.

§ Parágrafo único: O presente Acordo é constituído por 3 (três) folhas, e é feito em duplicado, valendo a (s) cópia (s) como original (is), destinando-se um exemplar a cada outorgante, sendo devidamente assinado pelas partes depois de declararem ter lido, compreendido e aceite o seu teor, devendo ser anexado aos originais do Contrato de Comodato existente.

Odivelas, ____de _____ de 2020.

P'lo Município de Odivelas, o Presidente da Câmara Municipal,

(Hugo Martins)

P'la Federação de Ginástica de Portugal

(João Paulo do Nascimento e Oliveira da Rocha)''

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

PRÉMIO DE MÉRITO EDUCATIVO

**ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO DE MÉRITO EDUCATIVO
2020**

Atribuição do Prémio de Mérito Educativo 2020. Prémio de âmbito escolar, que pretende destacar o/a aluno/a que tenha terminado o ensino secundário e que, ao longo do seu percurso escolar, tenham desenvolvido atitudes de superação de dificuldades, iniciativas ou ações exemplares em benefício da comunidade, constituindo-se como referência para os demais alunos. Este prémio consiste na atribuição de um diploma, bem como um prémio de valor pecuniário de €150,00 (cento e cinquenta euros) para o/a aluno/a identificado/a pelo estabelecimento de ensino. No total a Câmara Municipal de Odivelas propõe-se homenagear oito alunos, provenientes das seguintes escolas: Escola Secundária de Caneças, Escola Secundária de Odivelas, Escola Secundária Pedro Alexandrino, Escola Secundária Braamcamp Freire, Escola Secundária da Ramada, Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Externato Flor do Campo e Instituto de ciências Educativas, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7943, de 2020.10.16, e nos termos das normas orientadores constantes em anexo à informação.

**"ANEXO I - NORMAS ORIENTADORAS DO PRÉMIO DE
MÉRITO EDUCATIVO**

Preâmbulo

A educação constitui-se como área primordial para o desenvolvimento integral do indivíduo, na medida em que "(...) *promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.*" (Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º49/2005 de 30 de agosto, Capítulo 1, art. 2º, alínea 5)

Neste contexto considera-se importante adotar políticas que permitam realçar o papel fundamental do indivíduo no seio da sociedade, através de medidas que estabeleçam uma diferenciação positiva e que sirvam de exemplo e recompensem a dedicação, o esforço e o desempenho, proporcionando-lhes o reconhecimento público.

Assim a Câmara Municipal de Odivelas atribuiu o Prémio de Mérito Educativo, de âmbito escolar, assumindo com isso a defesa de uma cultura de solidariedade e na participação cívica enquanto elementos importantes no desenvolvimento pessoal e das comunidades.

1. Âmbito

O Prémio de Mérito Educativo destina-se a reconhecer os/as alunos/as que, tendo terminado o Ensino Secundário em cada um dos estabelecimentos de ensino sedeados no concelho e que desenvolveram ao longo do seu percurso escolar, atitudes, iniciativas ou ações exemplares de benefício para a comunidade.

Para efeitos de designação do/a aluno/a, considera-se o ano letivo transato ao dia da entrega do Prémio de Mérito Educativo.

2. Designação do Prémio

Os prémios consistem na prestação de uma homenagem pública, com atribuição de diploma e medalha, bem como um prémio no valor pecuniário de 150 € ao/ à aluno/a identificado/a pelo estabelecimento de ensino.

As entidades deverão nomear alunos que preencham os requisitos constantes nas presentes normas e que simultaneamente não tenham sido alvo de medida disciplinar corretiva superior a ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolve o trabalho escolar e/ou sancionatória.

3. Entidades envolvidas

Os premiados são designados pelos agrupamentos de escolas, escola não agrupada, escola profissional e escolas privadas sedeadas no concelho de Odivelas.

Cada entidade apenas poderá designar um aluno para o Prémio de Mérito Educativo, sendo no total premiados 8 alunos.

4. Requisitos para atribuição do Prémio Mérito Educativo

a) Ter concluído o Ensino Secundário no ano a que respeita a entrega do Prémio;

b) Ter desenvolvido, ao longo do seu percurso escolar, atitudes de superação de dificuldades, iniciativas ou ações exemplares em benefício da comunidade, constituindo-se como referência para os demais alunos;

c) O estabelecimento de ensino deverá acompanhar a proposta do aluno com uma breve descrição das ações que conduziram à sua nomeação, considerando os critérios definidos no Anexo II.

5. Procedimentos e Prazos

Os estabelecimentos de ensino deverão enviar a informação em resposta ao email enviado por parte da Câmara Municipal de Odivelas, com as datas previstas para cada ano letivo.

Assim, cada estabelecimento de ensino deverá preencher a grelha constante no Anexo II das presentes Normas, com os critérios identificados no Anexo III. A identificação do/a aluno/a para a atribuição do Prémio de Mérito Educativo deverá respeitar os prazos designados no email enviado por esta Câmara Municipal.

Em caso de dúvida na designação do/a aluno/a a premiar, os estabelecimentos de ensino poderão preencher a grelha para ponderação, constante no Anexo IV

6. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

a) A Câmara Municipal de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 72, 2675-372 Odivelas solicita dados pessoais no âmbito do Prémio de Mérito Educativo.

b) Os dados pessoais necessários para efeitos de participação no Prémio de Mérito Educativo são:

1. Nome completo do/a aluno/a;
2. Número de Identificação Fiscal;
3. Nome do/a Encarregado/a de Educação;
4. Contato do/a Encarregado/a de Educação;
5. Descrição da atividade desenvolvida ao longo do percurso escolar.

c) A recolha e partilha dos dados pessoais referidos na alínea anterior, bem como as respetivas autorizações dos Responsáveis pela Titularidade Parental são da responsabilidade dos estabelecimentos escolares do concelho de Odivelas, de acordo com o n.º 5 das presentes normas orientadoras do Prémio de Mérito Educativo.

d) O prazo de conservação dos dados pessoais partilhados pelos estabelecimentos escolares do concelho de Odivelas, após a conclusão da finalidade será de 10 anos no AMAH (Arquivo Municipal - Arquivo Histórico) de acordo com a Portaria n.º 1253/99, de 14 de outubro, referência 85, sendo posteriormente eliminados/ destruídos.

e) É garantido o direito de acesso, retificação dos dados pessoais fornecidos, apagamento, limitação do tratamento, de oposição, portabilidade e retirada do consentimento em qualquer altura. Fará, igualmente a recolha e tratamento de imagem no âmbito deste Prémio, bem como difusão e publicação nos meios de divulgação, oficiais, designadamente newsletter, redes sociais (facebook, youtube...).

f) A Câmara Municipal de Odivelas fará a conservação das imagens recolhidas no AMAH para efeitos de interesse histórico de acordo com o artigo 31º da Lei de Execução Nacional, incluindo a pseudonimização como medida técnica de segurança.

g) Os estabelecimentos escolares do concelho de Odivelas comprometem-se a dar conhecimento das Normas do Premio de Mérito Educativo aos titulares das responsabilidades parentais ou titular dos dados para efeitos de participação.

h) Os estabelecimentos escolares do concelho de Odivelas comprometem-se que a participação do titular singular e/ou autorização dos titulares das responsabilidades parentais Premio de Mérito Educativo é informada e de livre vontade.

i) O encarregado de proteção de dados da Câmara Municipal de Odivelas poderá ser contactado através de email para: protecaodedados@cm-odivelas.pt ou através de carta para CMO/EPD para a morada da Câmara Municipal de Odivelas.

j) Poderá apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

7. Divulgação do Prémio

A Câmara Municipal de Odivelas propõe-se divulgar a atribuição do Prémio de Mérito Educativo através do Boletim Municipal, dos órgãos de comunicação municipal e do seu site de internet www.cm-odivelas.pt.

8. Revisão das Normas Orientadoras

A Câmara Municipal de Odivelas sempre que considere necessário e com pelo menos 6 meses de antecedência em relação ao seguinte prémio poderá prever a revisão das presentes normas ou até à sua suspensão.

9. Dúvidas e omissões

Quaisquer dúvidas ou omissões serão resolvidas pelo Presidente da Câmara, sob proposta técnica da Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania.

10. Entrada em vigor

Estas Normas Orientadoras entram em vigor de imediato, aplicando-se a partir do ano letivo 2019/2020."

(Aprovado por unanimidade)

OBRAS MUNICIPAIS

EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA" NA RUA DOM AFONSO HENRIQUES NA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

Empreitada de "Construção de Jardim de Infância" na Rua Dom Afonso Henriques, na Póvoa de Santo Adrião. Aprovação do Relatório Final do Júri, e adjudicação à empresa Nortejuvenil – Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de € 961.367, 92 (novecentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e sete euros e noventa e dois cêntimos), mais IVA à taxa legal em vigor e aprovação da minuta do contrato de empreitada, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7983, de 2020.10.19.

"CONTRATO DE EMPREITADA N.º/20

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA NA RUA DOM AFONSO HENRIQUES, NA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO.

ENTRE:

PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público com o número 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, com domicílio profissional na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

E

SEGUNDA: Nortejuvenil - Sociedade de Construções, Lda, com sede em Rua Robim Real, 4600-384 Amarante, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 378 527, com o capital social da importância de 135.000,00 euros, titular do alvará de empreiteiro

de obras públicas com o número 47437-PUB, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, inscrita desde 30 de junho de 2003, neste ato representada por Justino Silva Oliveira, titular do cartão de cidadão com o número de identificação civil 8704136 7 ZX9, válido até de de 20....., na qualidade de gerente da mencionada sociedade, conforme verifiquei através da consulta on-line da certidão permanente, com o código de acesso 6382-8325-4149, subscrita em 26 de novembro de 2013 e válida até 26 de novembro de 2020.

- Entre os outorgantes é acordado o presente contrato de empreitada, o qual foi precedido de procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante designado CCP, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a Empreitada de Construção de Jardim de Infância na Rua Dom Afonso Henriques, na Póvoa de Santo Adrião.

Cláusula Segunda
(Ato de adjudicação e aprovação da minuta)

A adjudicação da empreitada objeto do presente contrato e a respetiva minuta foram aprovadas em de de 2020, por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Martins, / deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, naª Reunião Ordinária, realizada, em de de 2020.

Cláusula Terceira
(Preço Contratual e Classificação Orçamental)

1 - O preço contratual é de € 961.367,92 (novecentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e sete euros e noventa e dois cêntimos), com exclusão do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

2 - O encargo resultante do contrato para o ano em curso tem cabimento na rubrica seguinte: COE - 36.02/07.01.03.05; Plano - 2020/I/145, com o n.º 1779/2020 e compromisso com o n.º/2020.

3 - No ano subsequente, o encargo correspondente será inscrito aquando do orçamento e GOP'S respetivos.

Cláusula Quarta
(Prazo e duração contratual)

1 - O prazo de execução da obra é de 180 (cento e oitenta) dias, contado desde a data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, caso esta última seja posterior, nos termos da cláusula 9.ª das cláusulas gerais e dos números 16 e 16.1 das cláusulas especiais do caderno de encargos e da proposta.

Cláusula Quinta
(Caução)

A execução da obra será garantida pela caução apresentada pela segunda contraente, no valor de (.....), referente a% do preço contratual, sem IVA, prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante a apresentação de garantia bancária ou seguro-caução de acordo com o estipulado no ponto 15 do programa do procedimento.

Cláusula Sexta
(Revisão de Preços)

1 - A fórmula aplicável de revisão de preços, de acordo com o estipulado na cláusula 37 das cláusulas gerais e da cláusula 14 das cláusulas especiais do caderno de encargos é a seguinte:

$$Ct = 0,43 St/ So + 0,03 M03t/ M03o + 0,03 M06t/ M06o + 0,03 M09t/ M09o + 0,02 M10t/ M10o + 0,02 M18t/ M18o + 0,05 M20t/ M20o + 0,01 M23t/ M23o + 0,05 M24t/ M24o + 0,01 M25t/ M25o + 0,01 M26t/ M26o + 0,01 M29t/ M29o + 0,02 M32t/ M32o + 0,04 M40t/ M40o + 0,02 M42t/ M42o + 0,04 M43t/ M43o + 0,01 M45t/ M45o + 0,05 M46t/ M46o + 0,02 Et/ Eo + 0,10.$$

2 - Os índices ponderados dos materiais e salários a considerar serão publicados, periodicamente, no Diário da República (IIª Série).

3 - Os cálculos das revisões de preços deverão ser elaborados pelo adjudicatário, com base nos Autos de Medição e Plano de Pagamentos, sendo devidos após a apresentação dos mesmos nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Cláusula Sétima
(Gestor do Contrato)

Nos termos do artigo 290.º - A, do CCP, designa-se gestor do presente contrato o Dr. Carlos Alexandre Bargado Lérias.

Cláusula Oitava
(Elementos contratuais)

1 - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada segundo a ordem pela qual são indicados no referido preceito legal.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela Segunda contraente nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Cláusula Nona
(Lei Aplicável)

Quanto ao mais, serão aplicadas as normas reguladoras do CCP.

Cláusula Décima
(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Arquivo:

a) Cópia da Certidão permanente, com o código de acesso 6382-8325-4149, subscrita em 26 de novembro de 2013 e válida até 26 de novembro de 2020;

b) Cópia da Declaração emitida, em de de 2020, pelo Serviço Segurança Social Direta, comprovativa da situação contributiva da segunda contraente;

c) Cópia da Certidão emitida, em de de 2020, pelo Serviço de Finanças de, comprovativa da situação tributária da segunda contraente;

d) Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas com o número 47437-PUB, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção;

e) Cópia dos Certificados de Registos Criminais emitidos pelo Ministério da Justiça - Direção Geral da Administração da Justiça e válidos até de de 2020, comprovativos de que os titulares dos órgãos sociais da segunda contraente

e a segunda contraente não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

- Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos contraentes e por mim, Lina Maria Palma do Nascimento, Licenciada em Administração Regional e Autárquica, designada Oficial Público, conforme despacho de designação número 46/PRES/2017, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, em 30 de outubro de 2017, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- Celebrado em duplicado, em Odivelas a de de 2020, ficando um exemplar para cada um dos contraentes.

Conta: Pago por meio da guia n.º"

(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE
SAÚDE FAMÕES – PONTINHA/FAMÕES
PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS
RATIFICAÇÃO**

Ratificação dos despachos do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, emitidos respetivamente no dia 7 de setembro e dia 2 de outubro de 2020, de autorização da aprovação de prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas, referentes à Empreitada de "Construção da Unidade de Saúde Famões, Pontinha/Famões", de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a informação n.º Interno/2020/7733, de 2020.

Nota: anterior deliberação relativa a este assunto foi aprovada na 16.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 19 de agosto de 2020 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 18 de 2020*)

(Aprovado por unanimidade)

**CONTRATO PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO****ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE DESPORTO PARA DESENVOLVIMENTO
INTELLECTUAL – PORTUGAL**

Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual – Portugal, no âmbito da Coorganização da “Final do Campeonato Nacional de Futsal ANDDI”, nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, em conjugação com o disposto nos artigos 23.º, n.º 2, alínea f) e 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e de acordo com a informação n.º Interno/2020/8015, de 2020.10.20.

“Minuta Contrato-Programa
Município de Odivelas / Associação Nacional de
Desporto para Desenvolvimento Intelectual -
Portugal
N.º 0070000/DDCT/DDD/006/2020

Considerando que:

- O Desporto Federado ocupa um lugar de destaque no panorama desportivo nacional, constituindo um indicador relevante de desenvolvimento do País e de cada Concelho;
- A Divisão de Desenvolvimento Desportivo, no âmbito das suas competências, promove e apoia iniciativas desportivas em prol dos seus munícipes e da população em geral;
- A Divisão de Desenvolvimento Desportivo apoia e garante a organização de eventos desportivos, quer da iniciativa do Município, quer de parcerias estabelecidas com o movimento associativo desportivo concelhio, quer ainda em eventos resultantes de parcerias externas;
- O Concelho de Odivelas, nos últimos anos, tem proporcionado aos seus munícipes e visitantes assistir e/ou participar num conjunto de iniciativas desportivas diversificadas, com dimensão local, nacional e internacional;

- Odivelas é Cidade Europeia do Desporto;

- A Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual - Portugal (ANDDI – Portugal) é uma Associação multidesportiva, pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos que prossegue a nível nacional o desenvolvimento da prática cumulativa de diversas modalidades desportivas no âmbito do desporto para Pessoas com Deficiência /Incapacidade Intelectual e de Desenvolvimento, Pessoas com Síndrome de Down e Pessoas com Perturbações do Espectro do Autismo;

- A principal atividade da ANDDI – Portugal é fomentar e organizar a prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais portadores de deficiência mental/incapacidade intelectual, com o objetivo fundamental da sua plena reabilitação e integração na sociedade.

- A ANDDI – Portugal pretende realizar no dia 7 de novembro de 2020 a Fase Final do Campeonato Nacional de Futsal;

- As excelentes condições existentes no Concelho de Odivelas devem não só ser usufruídas e aproveitadas pelo público e desportistas do Concelho, como tornadas conhecidas no mapa europeu, trazendo à cidade a elite dos representantes da modalidade promovendo Odivelas;

- O Município de Odivelas encontra-se na disposição de ceder o uso de instalações desportivas, para os momentos acima referidos, bem como materiais, serviços, transportes e efetuar a atribuição de uma comparticipação financeira,

Assim, nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - em conjugação com o disposto nos artigos 23.º, n.º 2, alínea f) e 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e de forma a articular recursos e ações com a finalidade de definir princípios e normas claras de relacionamento entre as duas instituições, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público, com o número 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho - Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas,

adiante designado por “Primeiro Outorgante”, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, Hugo Manuel dos Santos Martins,

e

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL - PORTUGAL, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com o número 502 687 665, com sede na Rua Prof. Angélica Rodrigues, n.º 46 – Sala 7, 4405-269 Vila Nova de Gaia, adiante designada por “Segunda Outorgante”, neste ato representada pelo Presidente da Direção, José Manuel de Almeida da Costa Pereira.

o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Objeto)

1. O presente contrato-programa (de ora em diante, designado por contrato) tem por objeto a cooperação das partes na organização e concretização da Fase Final do Campeonato Nacional de Futsal, organizado pela ANDDI – Portugal e Câmara Municipal de Odivelas.

2. O evento referido no número anterior ocorrerá no Pavilhão Municipal Susana Barroso no dia 7 de novembro de 2020.

3. A cooperação do Primeiro Outorgante far-se-á através de comparticipação financeira e não financeira à Segunda Outorgante.

4. A cooperação da Segunda Outorgante far-se-á através de apoio não financeiro ao Primeiro Outorgante, designadamente as obrigações previstas no ponto 1.9 Cláusula Quarta.

Cláusula Segunda
(Execução do Programa)

O período de execução do programa, objeto de cooperação, tem início no dia da transferência da verba e opera o seu término 30 (trinta) dias após a realização do evento, sem prejuízo do disposto das cláusulas seguintes.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. O Primeiro Outorgante, através da Câmara Municipal de Odivelas, é responsável por:

1.1 Facultar o uso das instalações desportivas e infraestruturas de apoio, desde que exista disponibilidade de espaços;

1.2 Disponibilizar técnicos para acompanhamento da prova ou pela via de voluntariado;

1.3 Promover e divulgar o evento pelos meios normais de distribuição da Câmara Municipal de Odivelas;

1.4 Ceder materiais e/ou equipamentos (mesas, cadeiras e sistema de som);

1.5 Doar 50 garrafas de água de 33 cl;

1.6 Assegurar a existência do serviço de emergência preventiva (bombeiros);

1.7 Conceder uma comparticipação financeira à Segunda Outorgante no valor total de 1.012,50 € (mil e doze euros e cinquenta cêntimos) que será disponibilizada na totalidade após a publicação do presente Contrato Programa, devidamente assinado por ambos os Outorgantes, no Boletim Municipal das Decisões e Deliberações.

2. O montante enunciado no número 1.7 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental PAM/2020/223-3902-04070102.

3. Caso o custo efetivo do contrato se revelar inferior ao custo de referência indicado no número anterior, a comparticipação financeira a atribuir à Segunda Outorgante poderá ser reduzida pelo Primeiro Outorgante, aplicando-se ao custo efetivo do Programa.

4. Caso contrário, se a situação do custo real vier a mostrar-se superior face ao custo expetável, tal não constitui causa de acréscimo na comparticipação financeira acima indicada.

5. O Primeiro Outorgante reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar a correta aplicação da contribuição concedida, cabendo-lhe o ónus de fiscalizar a execução do contrato, nos termos previstos na Cláusula Sexta.

Cláusula Quarta
(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante é responsável pelos seguintes aspetos:

1.1 Planear, preparar e avaliar o evento, de modo a garantir que os mesmos correspondam, às expectativas qualitativas e quantitativas de todos os intervenientes e do público, para eventos desta natureza;

1.2 Coordenar tecnicamente o evento;

1.3 Suportar os custos com a alimentação e as deslocações das equipas participantes;

1.4 Proceder à aquisição dos prémios de classificação e de participação a entregar às equipas participantes;

1.5 Garantir que os seus filiados, que competirão no evento, possuam seguro de acidentes desportivos;

1.6 Respeitar as normas nacionais e internacionais em vigor, aplicáveis à organização do evento em causa;

1.7 Promover e divulgar o evento;

1.8 Disponibilizar ao Primeiro Outorgante os conteúdos para nota à imprensa;

1.9 Publicitar a coorganização do Município de Odivelas e inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Odivelas, bem como dos logótipos de "Odivelas Cidade Europeia do Desporto 2020", ACES EU, ACES PT e Instituto Português do Desporto e Juventude I.P., nesta sequência e na horizontal, em todos os suportes gráficos ou outros de promoção ou divulgação do programa do evento, sem prejuízo da utilização do seu próprio logótipo, em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

1.10 Acompanhar as cargas e descargas de materiais e/ou equipamentos;

1.11 Diligenciar a montagem e desmontagem de todos os equipamentos essenciais à execução do evento;

1.12 Comprometer-se respeitar toda a legislação em matéria de recursos humanos, higiene e segurança em vigor;

1.13 Cumprir com o princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais baseadas no sexo;

1.14 Cumprir com o regime de acesso e exercício da atividade de treinador do desporto estabelecido pela Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto;

1.15 Apresentar relatório do evento, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo Primeiro

Outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira;

1.16 Apresentar cópia dos recibos das despesas efetuadas, no âmbito da realização do evento referido no objeto do presente contrato;

1.17 Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo contrato e a identificação de receitas;

1.18 Não ser devedor perante a Fazenda Pública, a Segurança Social ou o Município de Odivelas, sob pena de suspensão na atribuição da contribuição decorrente deste contrato, enquanto se mantiver tal situação e comprovar a inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 e Portaria 233/2018, de 21 de agosto;

1.19 Fazer incluir no seu sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes à comparticipação financeira concedida, com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, por força do disposto no n.º 3, do artigo 6.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro;

1.20 Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

1.21 Até 30 dias após o termo do contrato, apresentar o Relatório de Contas e Relatório de Atividades ou mapa de pagamentos e recebimentos;

1.22 Em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com o Primeiro Outorgante e ao estrito cumprimento do presente contrato, a Segunda Outorgante compromete-se a respeitar o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), bem como a legislação nacional aplicável;

1.23 Elaborar o Plano de Contingência do evento em questão, que deverá obter a aprovação do Delegado de Saúde Pública ARS LVT Loures – Odivelas, onde estejam definidas o conjunto de medidas e ações que deverão ser aplicadas oportunamente, de modo articulado, em cada fase da evolução da pandemia causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

Cláusula Quinta
(Produção de Efeitos e Vigência)

1. O presente Contrato-Programa entra em vigor após a devida assinatura das partes outorgantes e sua publicitação no Boletim Municipal e opera o seu termo com a conclusão do objeto do contrato, sem prejuízo da entrega do relatório final de execução física e financeira e outras obrigações acessórias que devam perdurar além do contrato em referência.

2. O presente contrato pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente, cuja causa não seja imputável à Segunda Outorgante e que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do evento, após a competente fundamentação e validação pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula Sexta
(Sistema de acompanhamento e controlo de execução do contrato)

Compete ao Primeiro Outorgante verificar o exato desenvolvimento das responsabilidades e do objeto que justificou o presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, e podendo, em qualquer momento e se assim se justificar, proceder-se à revisão e/ou adequação do presente contrato nos termos definidos na Cláusula seguinte.

Cláusula Sétima
(Revisão)

1. O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante, com fundamento em imposição legal ou ponderoso interesse público, sem prejuízo da prévia autorização por parte do Município de Odivelas.

2. É sempre admitido o direito à revisão do contrato quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a entidade beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público, por efeito e os termos do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Oitava
(Incumprimento das obrigações da Segunda Outorgante)

1. O incumprimento pela Segunda Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato ou de qualquer violação das normas legais em vigor é fundamento de resolução por parte do Primeiro Outorgante, produzindo efeitos imediatos.

2. Além do direito de resolução previsto no número anterior, haverá ainda lugar à reposição, da quantia paga, por parte da Segunda Outorgante, sempre que se demonstre a culpa no incumprimento por razões não fundamentadas ou quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais ao objeto deste contrato.

3. Caso a comparticipação financeira concedida pelo Primeiro Outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do objeto do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a restituir àquela a totalidade do montante recebido.

4. Nos demais casos não referidos nos pontos anteriores, o incumprimento confere ao Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

5. Caso o Segundo Outorgante deixar culposamente de cumprir o contrato, não pode beneficiar de novas comparticipações financeiras, enquanto não repuserem as quantias que devam ser restituídas, nos termos dos pontos anteriores.

6. A reposição das quantias a que se refere o ponto anterior pode ser efetuada mediante a retenção, pelo Primeiro Outorgante, de verbas afetas a outros contratos-programa, desde que não se coloquem em causa os fins essenciais dos mesmos.

Cláusula Nona
(Jurisdição e Domicílio Convencionado)

1. Em tudo o que não estiver expressamente previsto, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes no ordenamento jurídico português.

2. Em caso de diferendo sobre a interpretação do presente contrato ou perante situações omissas, as partes outorgantes desenvolverão esforços, no âmbito do princípio de boa-fé, para alcançar uma posição de comum acordo, devendo merecer por ambas a necessária análise e discussão tendo sempre por base o entendimento e a procura de soluções que sirvam os seus interesses.

3. Lograda a solução prevista no número anterior, os litígios emergentes da execução do contrato serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

4. Para efeitos das comunicações entre as partes, vigoram as moradas da sede de cada uma das Outorgantes supra identificadas, devendo qualquer alteração de morada ser comunicada à outra parte, dentro do prazo de 10 dias da data da ocorrência, sob pena de não surtir efeitos.

O presente contrato é outorgado em dois exemplares igualmente válidos, um para cada parte outorgante.

Odivelas, ____ de ____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

O Presidente da Direção da
Associação Nacional de Desporto para
Desenvolvimento Intelectual - Portugal

(José Manuel de Almeida da Costa Pereira)"

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA ECOVALOR 2020/2021

ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECOVALOR 2020/2021

Aceitação de doação, no âmbito da candidatura municipal ao Programa ECOVALOR 2020/2021, por parte da Valorsul, dos seguintes bens:

- Ações de Sensibilização:

A Valorsul pretende dar continuidade a esta atividade junto do público escolar. No entanto, atendendo ao atual contexto de pandemia, prevê-se que as ações sejam disponibilizadas a partir de janeiro de 2021 e num formato não presencial. Todas as informações relativas a estas ações serão brevemente prestadas pela Valorsul "A Nossa Casa

é um Planeta", a realizar entre 06 e 12 de fevereiro de 2020;

- Concurso Separa e Ganha (embalagens e papel / cartão)

- Prémios pelo desempenho das escolas participantes nos concursos: de acordo com o regulamento do Programa Ecovalor 2020/2021: de participação e para 3 escolas vencedoras (diferentes) em cada concurso.

- Prémios de participação pelo desempenho das instituições participantes nos concursos do Amarelo e do Azul: de acordo com o regulamento do Programa Ecovalor 2019/2020:

- 1.500 sacos transparentes;
- 25 suportes metálicos porta-sacos com tampa amarela.

- Materiais de apoio e informativos:

- 1.000 magnéticos;
- 5.000 autocolantes;
- 30 cartazes.

- Concurso Academia Ponto Verde

Possibilidade de as escolas do Município poderem participar neste concurso cumulativamente ao Concurso Separa e ganha.

A presente doação em espécie tem um valor de 3.650€ (três mil seiscentos e cinquenta euros), mas não estão contempladas as verbas relativas às ações de sensibilização, uma vez que as mesmas ainda não foram atribuídas, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7552, de 2020.10.07, e ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO

MINUTA DE PROTOCOLO COM A MOBI.E, S.A.

Minuta de Protocolo entre o Município de Odivelas e a MOBI.E, S.A., com o objetivo de estabelecer uma relação de parceria entre os outorgantes por forma a criar as condições necessárias para a dinamização da utilização de veículos elétricos no Município de Odivelas, com a instalação de um posto de carregamento normal para veículos

elétricos, na Rua Comandante Augusto Alexandre Jorge, de acordo com a informação n.º Interno/2020/8141 de 2020.10.21.

“PROTOCOLO

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva número 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, o qual outorga no presente Protocolo na indicada qualidade e em representação do Município, conforme dispõem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E

SEGUNDO OUTORGANTE: MOBI.E, S.A., com o número de pessoa coletiva n.º 509 767 605, com sede na Rua Engenheiro Frederico Ulrich, n.º 2650, 4470-605 Moreira da Maia, e com sede executiva na Av. Eng.º Duarte Pacheco, n.º 19 – 3.º esquerdo, 1070-100 Lisboa, aqui representada por Luís Barroso, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por Alexandre Videira, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração com poderes para outorgarem o presente protocolo,

É celebrado o presente protocolo, o qual encontra a sua razão de ser na presente

Nota Justificativa

Considerando que:

A. Mediante a aprovação do Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, o qual procedeu à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade, foi implementada uma evolução na estratégia da mobilidade elétrica, com foco no seu modelo e na potenciação da procura e utilização por parte dos cidadãos, das empresas e da Administração Pública;

B. A Resolução do Conselho de Ministro n.º 49/2016, de 1 de setembro, doravante abreviadamente designada “RCM n.º 49/2016”, prevê no seu n.º 5, o lançamento da 2.ª fase da Rede Piloto de carregamento de veículos elétricos, para os

Municípios ainda não servidos na 1.ª fase da Rede Piloto MOBI.E;

C. O referido projeto, o qual visa a promoção nacional da utilização de viaturas elétricas, a redução de emissões de CO2 e a promoção de soluções de mobilidade, assume, assim, grande relevância;

D. Efetivamente, a mobilidade elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética do transporte;

E. No contexto acima referido, é objetivo do Município de Odivelas a promoção de uma mobilidade sustentável, baseada na utilização de transportes com baixos impactes ambientais e, como tal, a instalação de postos de carregamento para veículos elétricos no território do concelho assume grande relevância;

F. A MOBI.E, S.A., empresa pública, é, nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 90/2014, de 11 de junho, e do Despacho n.º 6826/2015, de 11 de junho, do Secretário de Estado da Energia, publicado no Diário da República n.º 117, 2.ª Série, de 18 de junho, a Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, e, nessa qualidade, dispõe das competências necessárias para assegurar as decisões a nível operacional (e de relocalização) sobre todos os postos de carregamento sujeitos ao estatuto da rede piloto (cfr. número 4 da RCM n.º 49/2016);

G. Na qualidade de Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, a MOBI.E, S.A. assegura a gestão dos fluxos energéticos e financeiros resultantes das operações da rede de mobilidade elétrica, e viu aprovada a comparticipação financeira do PO SEUR ao projeto P2Rede+MOBI.E (bii), no âmbito da promoção de estratégias de baixo teor de carbono (Eixo Prioritário I);

H. O referido projeto vai ao encontro das intenções vertidas no número 5 da RCM n.º 49/2016;

I. A MOBI.E, S.A., nos termos do número 8 da RCM n.º 49/2016, concessionou a exploração, operação e manutenção dos postos da 2.ª fase da Rede Piloto MOBI.E, na sequência do concurso público com publicidade internacional CPII/2019, aos concorrentes vencedores dos respetivos lotes a concurso;

J. Por via de compromissos do Estado Português assumidos perante a Comissão Europeia, o procedimento concursal prevê um prazo de concessão da exploração dos postos não inferior a 10 anos, eventualmente prorrogável por mais um

ano, podendo a MOBI.E, S.A. transferir a propriedade dos equipamentos para os municípios que o pretendam, no termo deste prazo;

K. O n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, confere atribuições ao Município no domínio dos *transportes* (alínea c), *ambiente* (alínea k) e *promoção do desenvolvimento* (alínea m), entre outros;

L. Nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal “*Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal*” e na alínea qq) do citado artigo “*Administrar o domínio público municipal*”;

M. A Câmara Municipal deliberou na sua reunião ordinária de xx de xxxxx de 2020, autorizar a participação do Município no processo de instalação do posto de carregamento normal de veículos elétricos, nos termos referidos na proposta aprovada,

É celebrado entres os outorgantes o presente Protocolo, que se rege pelos considerando anteriores e pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira Objeto

O presente Protocolo visa estabelecer uma relação de parceria entre os outorgantes por forma a criar as condições necessárias para a dinamização da utilização de veículos elétricos no Município de Odivelas, com a instalação de um posto de carregamento normal para veículos elétricos, na Rua Comandante Augusto Alexandre Jorge, local melhor identificado na planta constante do Anexo I.

Cláusula Segunda Obrigações do primeiro outorgante

1. O primeiro outorgante assume as seguintes obrigações:

a) Disponibilizar o local para a instalação do posto de carregamento, com dois pontos (tomadas) de 22 kW, ao qual deverão estar afetos 2 lugares de estacionamento público;

b) Emitir, em nome do operador de postos de carregamento devidamente licenciado a quem for atribuída, pela MOBI.E, S.A. por procedimento concursal, a concessão da exploração do referido posto de carregamento, para o local de instalação do posto de carregamento e para os 2 lugares de

estacionamento, uma licença de utilização do domínio público pelo prazo de 10 (dez) anos, sendo atribuída nos primeiros 5 (cinco) anos a título gratuito;

c) Restringir o estacionamento, nos dois lugares afetos à unidade de carregamento, apenas a veículos elétricos;

2. O primeiro outorgante compromete-se a, nos termos da lei aplicável, fiscalizar as situações de estacionamento indevido ou abusivo no local onde se encontra instalado o posto de carregamento.

Cláusula Terceira Obrigações do segundo outorgante

1. O segundo outorgante, utilizando a sua experiência e conhecimentos técnicos, obriga-se a:

a) Instalar o posto de carregamento normal de veículos elétricos nos termos referidos nos ofícios enviados ao Primeiro Outorgante, o primeiro datado de setembro de 2017 e subsequente correspondência, na localização identificada no Anexo I;

b) Garantir que o posto fica instalado e em condições de ser ligado e disponibilizado ao público em geral, após a atribuição da concessão da exploração do posto a um operador licenciado;

c) Garantir o funcionamento do posto, nos termos definidos no procedimento da concessão e ao longo do seu prazo de vigência.

2. O segundo outorgante compromete-se a atribuir a concessão da exploração do posto a um operador licenciado.

3. O segundo outorgante compromete-se, ainda, ao abrigo do presente protocolo, a transmitir para o Município, caso este o requeira, a propriedade e a operação de todos os equipamentos da rede piloto localizados no território do Concelho, após o termo da vigência da concessão referida no considerando J, e nos termos das restrições impostas pelos mecanismos de financiamento e da lei, obrigando-se a emitir ou diligenciar pela emissão de quaisquer instrumentos jurídicos que para o efeito se mostrem necessários.

Cláusula Quarta Contrapartidas

1. O presente Protocolo não implicará qualquer pagamento pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante pela instalação e operação do referido posto de carregamento.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o segundo outorgante compromete-se a fazer transitar para a fase de mercado o referido posto de carregamento, logo que reunidas as condições necessárias para o efeito.

3. As condições e regras para a concessão da exploração dos postos de carregamento cumprirão o estipulado no presente protocolo, bem como a legislação nacional e qualquer regulamento municipal sobre mobilidade elétrica, caso existam.

Cláusula Quinta
Entrada em vigor

O Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura.

Cláusula Sexta
Dúvidas e omissões

Os outorgantes comprometem-se a resolver entre si, de forma consensual, qualquer dúvida ou lacuna, segundo o princípio geral mais favorável à prossecução da finalidade e dos objetivos expressos na cláusula primeira.

O presente Protocolo é assinado eletronicamente pelos representantes dos Outorgantes.

Odivelas, de de 2020

Pelo Primeiro
Outorgante,

(Hugo Martins)
O Presidente da
Câmara Municipal

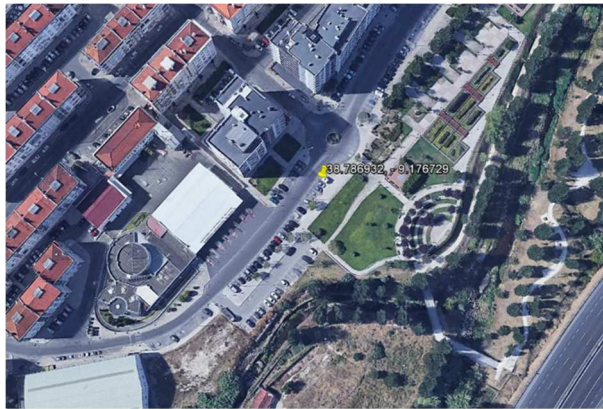
Pelo Segundo
Outorgante,

(Luis Barroso)
Presidente do Conselho
de Administração

(Alexandre Videira)
Vogal do Conselho
de Administração

Anexo I

Localização do posto



(Aprovado por unanimidade)

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA E UNIÕES DE FREGUESIA NO ÂMBITO DAS ILUMINAÇÕES E ENFEITES DE NATAL DE 2020

Celebração de Acordo de Cooperação com as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, no âmbito das iluminações e enfeites de Natal de 2020, para instalação de iluminações e ornamentação de Natal em várias artérias e espaços públicos do Conselho e consequente apoio financeiro de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) a cada Junta de Freguesia / União de Freguesias, correspondendo a despesa da presente iniciativa a € 6.000,00 (seis mil euros), de acordo com a informação n.º Interno/2020/7992, de 2020.10.19, de acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

“Acordo de Cooperação com a União de Freguesias de Ramada e Caneças

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;

e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A União de Freguesias de Ramada e Caneças, com sede na Rua Vasco Santana, 1 C, 2620-364 Ramada, pessoa coletiva n.º 510 839 088, neste ato representado por Manuel António Varela da Conceição, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Ramada e Caneças, doravante designada por UFRC

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local, em especial na época natalícia.

Cláusula Segunda (Iluminações de Natal)

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a UFRC procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de 08 de dezembro de 2020 a 08 de janeiro de 2021.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à UFRC, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

Cláusula Terceira (Apoio Monetário para aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal)

1. Para a prossecução do presente acordo e no ato da sua assinatura, o MO procederá ao pagamento de um apoio à UFRC no valor de € 1500,00 (mil e quinhentos euros), quantia essa destinada à aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal.

2. A UFRC tem 60 (sessenta) dias, após a data de assinatura do presente acordo, para apresentar ao MO os documentos comprovativos da aquisição e/ou aluguer dos bens referidos no número 1 da presente cláusula, sob pena de, na ausência total ou parcial dessa prestação de contas, ter que proceder à devolução do valor correspondente ao da quantia não justificada.

Cláusula Quarta (Encargos)

Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à UFRC suportar todos os encargos inerentes ao aluguer, montagem, permanência e desmontagem dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

Cláusula Quinta (Publicidade)

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Sexta
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade dos Outorgantes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Odivelas, ____ de outubro de 2020

As Partes:

O Município de
Odivelas

A União de Freguesias
de Ramada e Caneças

(Hugo Manuel dos
Santos Martins)

(Manuel António
Varela da Conceição)"

**"Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar
com a União de Freguesias da Pontinha e Famões**

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º 1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;

e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A União de Freguesias da Pontinha e Famões, com sede na Av. 25 de Abril, 22 A, 1675-183 Pontinha, Odivelas, pessoa coletiva n.º 510 838 880, neste ato representado por Almiro Moraes, na qualidade de Presidente da União de Freguesias da Pontinha e Famões, doravante designada por UFPF.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira
(Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local, em especial na época natalícia.

Cláusula Segunda
(Iluminações de Natal)

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a UFPF procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de 01 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2021.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à UFPF, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

Cláusula Terceira
(Apoio Monetário para aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal)

1. Para a prossecução do presente acordo e no ato da sua assinatura, o MO procederá ao pagamento de um apoio à UFPF no valor de € 1500,00 (mil e quinhentos euros), quantia essa destinada à

aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal.

2. A UFPF tem 60 (sessenta) dias, após a data de assinatura do presente acordo, para apresentar ao MO os documentos comprovativos da aquisição e/ou aluguer dos bens referidos no número 1 da presente cláusula, sob pena de, na ausência total ou parcial dessa prestação de contas, ter que proceder à devolução do valor correspondente ao da quantia não justificada.

Cláusula Quarta
(Encargos)

Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à UFPF suportar todos os encargos inerentes à aquisição, montagem, permanência e desmontagem dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

Cláusula Quinta
(Publicidade)

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Sexta
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade dos Outorgantes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Odivelas, ___ de outubro de 2020

As Partes:

O Município de
Odivelas

A União de Freguesias
da Pontinha e Famões

(Hugo Manuel dos
Santos Martins)

(Almiro Moraes)"

**"Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar
com a União de Freguesias da Póvoa de Santo
Adrião e Olival Basto**

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º 1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;

e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A União de Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, com sede Largo Agostinho Marques de Pinho, Lote A r/c 2620-081 Póvoa de Santo Adrião, pessoa coletiva n.º 510 838 979, neste ato representado por Rogério Breia, na qualidade de Presidente da União de Freguesias da Póvoa de

Santo Adrião e Olival Basto, doravante designada por UFPSAOB.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira
(Objeto)**

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local, em especial na época natalícia.

**Cláusula Segunda
(Iluminações de Natal)**

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a UFPSAOB procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de 08 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2021.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à UFPSAOB, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

**Cláusula Terceira
(Apoio Monetário para aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal)**

1. Para a prossecução do presente acordo e no ato da sua assinatura, o MO procederá ao pagamento de um apoio à UFPSAOB no valor de € 1500,00 (mil e quinhentos euros), quantia essa destinada à aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal.

2. A UFPSAOB tem 60 (sessenta) dias, após a data de assinatura do presente acordo, para apresentar ao MO os documentos comprovativos da aquisição e/ou aluguer dos bens referidos no número 1 da presente cláusula, sob pena de, na ausência total ou parcial dessa prestação de contas, ter que proceder à devolução do valor correspondente ao da quantia não justificada.

**Cláusula Quarta
(Encargos)**

Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à UFPSAOB suportar todos os encargos inerentes à aquisição, montagem, permanência e desmontagem dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a

obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

**Cláusula Quinta
(Publicidade)**

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

**Cláusula Sexta
(Dúvidas e Omissões)**

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade dos Outorgantes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Odivelas, ____ de outubro de 2020

As Partes:

O Município de
Odivelas

A União de Freguesias da
Póvoa de Santo Adrião e
Olival Basto

(Hugo Manuel dos
Santos Martins)

(Rogério Breia)"

**"Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar
com a Freguesia de Odivelas**

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de

atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;

e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A Freguesia de Odivelas, com sede na Alameda do Poder Local, 4, 2675- 427 Odivelas, pessoa coletiva n.º 506 605 752, neste ato representado por Nuno Gaudêncio, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, doravante designada por JFO.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local, em especial na época natalícia.

Cláusula Segunda (Iluminações de Natal)

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a JFO procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de ___ de dezembro de 2020 a ___ de janeiro de 2021.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha

caberá à JFO, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

Cláusula Terceira (Apoio Monetário para aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal)

1. Para a prossecução do presente acordo e no ato da sua assinatura, o MO procederá ao pagamento de um apoio à JFO no valor de € 1500,00 (mil e quinhentos euros), quantia essa destinada à aquisição e/ou aluguer de enfeites e materiais de iluminação de Natal.

2. A JFO tem 60 (sessenta) dias, após a data de assinatura do presente acordo, para apresentar ao MO os documentos comprovativos da aquisição e/ou aluguer dos bens referidos no número 1 da presente cláusula, sob pena de, na ausência total ou parcial dessa prestação de contas, ter que proceder à devolução do valor correspondente ao da quantia não justificada.

Cláusula Quarta (Encargos)

Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à JFO suportar todos os encargos inerentes à aquisição, colocação, permanência e retirada dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

Cláusula Quinta (Publicidade)

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Sexta (Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade dos Outorgantes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Odivelas, ___ de outubro de 2020

As Partes:

O Município de
Odivelas

A Junta de Freguesia
de Odivelas

(Hugo Manuel dos
Santos Martins)

(Nuno Gaudêncio)"

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ESTUDOS E GESTÃO DE ÁGUA (AMEGA)

Proposta de Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água (AMEGA), a qual incide apenas sobre o artigo 9.º, tendo por objetivo colmatar as dúvidas interpretativas por parte dos municípios associados relativamente a este preceito, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7712, de 2020.10.12, nos termos do disposto na alínea a), k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo posteriormente ser remetida à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos da alínea h) e u) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, para competente deliberação, nos termos constantes na informação.

"(...) Presentemente, através da comunicação eletrónica Refe.ª Circ. N.º 055/20, de 8 de setembro (Entrada/2020/32217 – EDOC/2020/55908), vem a AMEGA enviar nova proposta de alteração aos seus Estatutos a qual, desta feita, incide apenas sobre o artigo 9.º, tendo por objetivo colmatar as dúvidas interpretativas por parte dos municípios associados relativamente a este preceito.

Nesta sequência, a AMEGA vem propor uma nova redação daquele artigo de modo a permitir uma clarificação da interpretação e aplicação do preceito, o qual se refere à qualidade e duração do mandato dos membros dos órgãos da AMEGA e sua indissociabilidade da qualidade de membro da Câmara Municipal associada.

A redação atualmente em vigor é a seguinte:

Artigo 9.º

Mandato

1 - Salvo o disposto no número seguinte, a qualidade de membro dos órgãos da Associação é indissociável da qualidade de membro da Câmara Municipal que o designou para o efeito, mantendo-se, suspendendo-se ou cessando o respetivo mandato da mesma forma que se mantenha, seja suspenso ou cesse na respetiva Câmara Municipal.

2 - O mandato dos titulares dos órgãos da Associação é de quatro anos, sem prejuízo de se manterem em funções até serem substituídos.

3 - No caso de vacatura do cargo, por parte de qualquer membro do Conselho Diretivo, a Assembleia Intermunicipal deve proceder, na primeira reunião que se realize após a verificação da vaga, à eleição de novo membro, cujo mandato terá a duração do período em falta até ao termo do mandato do anterior titular, aplicando-se à sua renovação o disposto no número anterior.

4 - Sempre que se verifiquem eleições para os órgãos representativos de, pelo menos, metade dos municípios associados, cessam os mandatos do Conselho Diretivo, devendo a Assembleia Intermunicipal proceder a nova eleição na primeira reunião que se realizar após aquele ato eleitoral.

5 - Aos membros dos órgãos da Associação, quando em sua representação, aplicam-se as normas relativas a ajudas de custo e subsídios de transportes estabelecidos na lei.

A proposta de alteração à redação deste preceito é a que a seguir se transcreve:

Artigo 9.º

Mandato

1 - Salvo o disposto no número seguinte, a qualidade de membro dos órgãos da Associação é indissociável da qualidade de membro da Câmara Municipal que o designou para o efeito, mantendo-se, suspendendo-se ou cessando o respetivo mandato da mesma forma que se mantenha, seja suspenso ou cesse na respetiva Câmara Municipal.

2 - A duração do mandato dos membros da Assembleia Intermunicipal é de 4 (quatro) anos, não podendo exceder a duração do seu mandato na Câmara Municipal, sem prejuízo de se manterem em funções até serem substituídos.

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, a duração do mandato dos membros do

Conselho Diretivo é de dois anos, automaticamente renovável, se na primeira reunião da Assembleia Intermunicipal após o seu termo, não se proceder a nova eleição.

4 – No caso de vacatura do cargo, por parte de qualquer membro do Conselho Diretivo, a Assembleia Intermunicipal deve proceder, na primeira reunião que se realize após a verificação da vaga, à eleição de novo membro, cujo mandato terá a duração do período em falta até ao termo do mandato do anterior titular, aplicando-se à sua renovação o disposto no número anterior.

5 – Sempre que se verifiquem eleições para os órgãos representativos de, pelo menos, metade dos municípios associados, cessam os mandatos do Conselho Diretivo, devendo a Assembleia Intermunicipal proceder a nova eleição na primeira reunião que se realizar após aquele ato eleitoral.

6 – Aos membros dos órgãos da Associação, quando em sua representação, aplicam-se as normas relativas a ajudas de custo e subsídios de transportes estabelecidos na lei.(...)" (excerto da informação n.º Interno/2020/7712, de 2020.10.12)

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS D. DINIS APOIO EXTRAORDINÁRIO

Apoio Extraordinário, à Associação dos Artesãos D. Dinis, sob a forma de atribuição de um subsídio no valor de 80% sobre o montante total, correspondente a € 3.296,40 (três mil, duzentos e noventa e seis euros e quarenta centimos), para a compra de um forno (Mufla), de acordo com a informação n.º Interno/2020/7168, de 2020.10.01.

(Aprovado por unanimidade)

CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO

Atribuição de um Apoio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas, até ao montante máximo de €12.000,00 (doze mil euros), com vista à aquisição de presentes a oferecer, aos filhos dos trabalhadores do município com idades até 12 anos, no Natal de 2020, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7972, de 2020.10.19, conforme o disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO RELATIVO ÀS CANDIDATURAS À MEDIDA II) NÃO ENQUADRADAS NA ALÍNEA A) N.º 2 DO ARTIGO 10.º

Atribuição de apoio extraordinário relativo às candidaturas à Medida II (Aquisição de Equipamentos) do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), Eixo Social, e não enquadradas na alínea a), n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7961, de 2020.10.19.

Apoio extraordinário relativo às candidaturas à Medida II (Aquisição de Equipamentos) do PAMO não enquadradas na alínea a), n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento	
Entidades	Valor
Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário de Lisboa	1 500,00 €
Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas - CURPIO	45,00 €
CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos	907,93 €
Jardim Infantil e Popular da Pontinha - JIPP	1 219,41 €
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada - ACIJR	1 500,00 €
Associação Cantinho do Idoso da Pontinha	841,40 €
Associação da Obras Assistenciais da Sociedade São Vicente de Paulo - Centro de Dia da Sagrada Família	1 500,00 €
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião - CRPI_PSA	1 071,33 €

Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde - CREP	591,94 €
Psicomindcare - Associação de Psicologia	107,05 €
Lar Nossa Senhora Aparecida	450,00 €
Associação Jardins Escola João de Deus	1 500,00 €
Refood 4 Good - Associação	646,45 €
Espaço Nova Vida	273,68 €
Associação Tira-Me da Rua	39,00 €
TOTAL	12 193,19 €

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS NO ÂMBITO
DO EIXO SOCIAL MEDIDAS I, II E III**

Atribuição de apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) 2020, Eixo Social, na Medida I – Atividade Regular, na Medida II – Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas e na Medida III – Beneficiação de Instalações, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7960, de 2020.10.19.

Jardim Infantil e Popular da Pontinha	2 185,00 €
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	1 880,00 €
Associação Cantinho do Idoso da Pontinha	500,00 €
Associação das Obras Assistenciais da Sociedade São Vicente de Paulo - Centro de Dia da Sagrada Família	1 425,00 €
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Santo Eloy	500,00 €
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	1 065,00 €
Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde	2 190,00 €
Instituto Português de Pedagogia Infantil	2 307,50 €
Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa	1 780,00 €
Psicomindcare - Associação de Psicologia	500,00 €
Centro Comunitário Paroquial de Famões	3 000,00 €
Lar Nossa Senhora Aparecida	770,00 €
Associação de Jardins Escolas João de Deus	1 620,00 €
Refood 4 Food	500,00 €
Espaço Nova Vida	500,00 €
Associação Tira-me da Rua	500,00 €
Associação Socio Cultural do Vale Grande	500,00 €
TOTAL	34 202,50 €

Medida I - Atividade Regular	
ENTIDADES	Valor
AMOVALFLOR - Associação Moradores do Vale do Forno	840,00 €
Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário de Lisboa	1 490,00 €
Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas	1 715,00 €
CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos	840,00 €
Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	625,00 €
Centro Comunitário Paroquial da Ramada	2 945,00 €
Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	1 690,00 €
Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças	1 020,00 €
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa Sto. Adrião	815,00 €
Centro de Dia Para a Terceira Idade de Olival Basto	500,00 €

Medida II - Aquisição de Bens e Serviços	
ENTIDADES	Valor
Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário de Lisboa	1 000,00 €
Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas	1 000,00 €
CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos	1 000,00 €
Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	1 000,00 €
Centro Comunitário Paroquial da Ramada	1 000,00 €
Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	1 000,00 €
Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças	1 000,00 €
Centro de Dia Para a Terceira Idade de Olival Basto	200,00 €
Jardim Infantil e Popular da Pontinha	1 000,00 €
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	1 000,00 €

Associação Cantinho do Idoso da Pontinha	902,00 €
Associação das Obras Assistenciais da Sociedade São Vicente de Paulo - Centro de Dia da Sagrada Família	1 000,00 €
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	1 000,00 €
Psicomindcare - Associação de Psicologia	662,02 €
Centro Comunitário Paroquial de Famões	1 000,00 €
Associação de Jardins Escolas João de Deus	1 000,00 €
Espaço Nova Vida	320,28 €
Centro Social da Paróquia da Pontinha	1 000,00 €
Associação Tira-me da Rua	782,38 €
TOTAL	16 866,68 €

Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde	9 513,59 €
Instituto Português de Pedagogia Infantil	8 386,69 €
Espaço Nova Vida	7 687,50 €
Total	135 587,78 €

(Aprovado por maioria)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
MEDIDA VI – APOIO EXTRAORDINÁRIO
ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

Atribuição de uma comparticipação financeira a Rui Ferreira, no valor de € 922,00 (novecentos e vinte e dois euros), correspondente a 50% da totalidade das despesas apresentadas, sob a forma de apoio extraordinário, em conformidade com estabelecido no n.º 6 do artigo 14.º do Programa de Apoio Municipal de Odivelas, Medida VI, de acordo com a informação n.º Interno/2020/8023, de 2020.10.20, nos termos da minuta de Contrato de Patrocínio Desportivo constante em anexo à informação.

“Minuta

Contrato de Patrocínio Desportivo

Município de Odivelas / Rui Miguel Brito Ferreira
N.º 0070000/DDCT/DDD/05/2020

Considerando que:

- A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;

- O Município de Odivelas, através da sua Câmara Municipal, numa lógica de desenvolvimento do desporto concelhio, nas suas mais variadas vertentes (formação, competição, manutenção, recreação e lazer), tem procurado criar condições, de forma a garantir a eficácia dos apoios municipais, nomeadamente financeiros, de uma forma transparente e imparcial;

- O Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), prevê no seu artigo 4.º, no n.º 6, a atribuição de apoio extraordinário financeiro a pessoas singulares, residentes no concelho de Odivelas, quando enquadradas em atividades de elevado interesse municipal, mediante proposta devidamente fundamentada e aprovada em reunião da Câmara Municipal de Odivelas, e com a

Medida II - Aquisição de Equipamentos e Viaturas	
ENTIDADES	Valor
Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas	820,48 €
CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos	127,50 €
Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	354,75 €
Centro Comunitário Paroquial da Ramada	1 152,39 €
Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	900,00 €
Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças	5 189,85 €
Centro de Dia Para a Terceira Idade de Olival Basto	84,13 €
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	878,55 €
Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde	5 000,00 €
Instituto Português de Pedagogia Infantil	1 500,00 €
Centro Comunitário Paroquial de Famões	944,30 €
Refood 4 Food	309,99 €
Espaço Nova Vida	315,00 €
TOTAL	17 576,94 €

MEDIDA III - Beneficiação de Instalações	
Entidades	Valor
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	110 000,00 €

celebração de um contrato de patrocínio desportivo, para apoio na preparação e participação em eventos de natureza internacional, perspetivando-se que alcancem os resultados pessoais desejados, mas também que seja elevado o nome de Odivelas no mapa internacional;

- Odivelas é Cidade Europeia do Desporto;

- Deu entrada nos nossos serviços, pedido de apoio para duas competições internacionais, de um munícipe, praticante da modalidade de Men's Physique, categoria Master, pertencente à Seleção Nacional da Federação Portuguesa de Culturismo e Fitness;

Nos termos dos artigos 7.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto -, e no âmbito do PAMO nos termos do n.º 2, do artigo 5.º e do n.º 6, do artigo 14.º, com enquadramento legal dos termos conjugados dos artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo -, em conjugação com o disposto nos artigos 23.º, n.º 2, alínea f) e 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e de forma a articular recursos e ações com a finalidade de definir princípios e normas claras de relacionamento, é celebrado um contrato de patrocínio desportivo, entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público com o número 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho - Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, adiante designado por Primeiro Outorgante, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, Hugo Manuel dos Santos Martins,

e

RUI MIGUEL BRITO FERREIRA, com o número de identificação fiscal 203 021 860 com morada na Praceta Nuno Tristão, n.º 4 - 4.º esquerdo, Casal do Chapim, 2675-596 Odivelas, adiante designado por Segundo Outorgante.

o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Objeto)

1. O presente contrato de patrocínio desportivo (de ora em diante, designado por contrato) tem por objeto a atribuição de uma participação

financeira por parte do Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante.

2. Os indicadores a considerar, no âmbito do objeto do presente contrato, são a participação do Segundo Outorgante nas competições que se seguem com os seguintes resultados:

a) Campeonato do Mundo, em novembro, Barcelona, com classificação esperada de lugar de pódio;

b) Arnold Classic Europe, em dezembro, Sevilha, com classificação esperada de lugar de pódio.

3. As competições referidas no n.º anterior, bem como os resultados esperados, encontram-se diretamente explicitadas no pedido de apoio apresentado e que foi sufragado pela análise fundamentada dos serviços em função de critérios previamente definidos pela Divisão de Desenvolvimento Desportivo, decorrentes e subsumidos ao PAMO e explicitados no clausulado do presente contrato.

4. O Segundo Outorgante cumprirá com as obrigações previstas, nomeadamente, na alínea b), do ponto 1, da Cláusula Terceira.

Cláusula Segunda
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. Para a prossecução do objeto do contrato, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder uma participação financeira ao Segundo Outorgante no valor de 922,00 € (novecentos e vinte e dois euros) correspondente à Medida VI (Apoio Extraordinário) do PAMO, a qual será disponibilizada após assinatura do presente contrato e sua publicação.

2. O montante enunciado no número anterior provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental: 2020/A/231-39.02-04.08.02.02.

3. Caso o custo do objeto do presente contrato se revelar inferior ao custo de referência indicado na alínea a), no ponto 1, da presente cláusula, a participação financeira a atribuir ao Segundo Outorgante será reduzida pelo Primeiro Outorgante, aplicando-se o custo efetivo do programa.

4. Caso contrário, se a situação do custo real vier a mostrar-se superior face ao custo expetável, tal não constitui causa de acréscimo na participação financeira indicada.

5. O Primeiro Outorgante reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar a correta aplicação da contribuição concedida, cabendo-lhe o ónus de fiscalizar a execução do contrato, nos termos previstos na Cláusula Quinta.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante é responsável pelos seguintes aspetos:

a) Executar o programa de atividades apresentado ao Primeiro Outorgante, que constitui objeto do presente contrato, atingindo os objetivos expressos na proposta apresentada;

b) Divulgar o apoio concedido pelo Município de Odivelas e divulgar “Odivelas, Cidade Europeia do Desporto”;

c) Informar o Segundo Outorgante com os feitos alcançados em cada competição;

d) Cumprir com as determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais baseadas no sexo;

e) Apresentar relatórios de cada ação, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo Primeiro Outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira;

e) Apresentar cópia do(s) recibo(s) das despesas efetuadas, no âmbito da realização dos eventos referidos no objeto do presente contrato;

f) Não ser devedor perante a Fazenda Pública, a Segurança Social ou o Município de Odivelas, sob pena de suspensão na atribuição da contribuição decorrente deste contrato, enquanto se mantiver tal situação;

g) Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

h) Em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com o Primeiro Outorgante e ao estrito cumprimento do presente contrato, o Segundo Outorgante compromete-se a respeitar o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 - Regulamento

Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), bem como a legislação nacional aplicável.

Cláusula Quarta
(Produção de Efeitos e Vigência)

1. O presente contrato entra em vigor após a devida assinatura das partes outorgantes e sua publicitação no Boletim Municipal e opera o seu termo com a conclusão do objeto do contrato, sem prejuízo da entrega do relatório final de execução física e financeira e outras obrigações acessórias que devam perdurar além do contrato em referência.

2. O presente contrato pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente, cuja causa não seja imputável ao Segundo Outorgante e que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do programa definido no Objeto, após a competente fundamentação e validação pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula Quinta
(Sistema de Acompanhamento e Controlo de Execução do Contrato)

Compete ao Primeiro Outorgante verificar o exato desenvolvimento das responsabilidades e do objeto que justificou o presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, e podendo, em qualquer momento e se assim se justificar, proceder-se à revisão e/ou adequação do presente contrato nos termos definidos na Cláusula seguinte.

Cláusula Sexta
(Revisão)

1. O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante, com fundamento em imposição legal ou ponderoso interesse público, sem prejuízo da prévia autorização por parte do Município de Odivelas.

2. É sempre admitido o direito à revisão do contrato quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a entidade beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público, por efeito e os termos do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima
(Incumprimento das Obrigações do Segundo
Outorgante)

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato ou de qualquer violação das normas legais em vigor é fundamento de resolução por parte do Primeiro Outorgante, produzindo efeitos imediatos.

2. Além do direito de resolução previsto no número anterior, haverá ainda lugar à reposição, da quantia paga, por parte do Segundo Outorgante, sempre que se demonstre a culpa no incumprimento por razões não fundamentadas ou quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais ao objeto deste contrato.

3. Caso a comparticipação financeira concedida pelo Primeiro Outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do objeto do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir àquela a totalidade do montante recebido.

4. Nos demais casos não referidos nos pontos anteriores, o incumprimento, confere ao Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

5. Caso o Segundo Outorgante deixar culposamente de cumprir o contrato, não pode beneficiar de novas comparticipações financeiras, enquanto não repuserem as quantias que devam ser restituídas, nos termos dos pontos anteriores.

6. As reposições das quantias a que se refere o ponto anterior pode ser efetuada mediante a retenção, pelo Primeiro Outorgante, de verbas afetas a outros contratos, desde que não se coloquem em causa os fins essenciais dos mesmos.

Cláusula Oitava
(Jurisdição e Domicílio Convencionado)

1. Em tudo o que não estiver expressamente previsto, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes no ordenamento jurídico português.

2. Em caso de diferendo sobre a interpretação do presente contrato ou perante situações omissas, as partes outorgantes desenvolverão esforços, no âmbito do princípio de boa-fé, para alcançar uma posição de comum acordo, devendo merecer por ambas a necessária análise e discussão tendo sempre por base o entendimento e a procura de soluções que sirvam os seus interesses.

3. Lograda a solução prevista no número anterior, os litígios emergentes da execução do contrato serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

4. Para efeitos das comunicações entre as partes, vigoram as moradas da sede de cada uma das Outorgantes supra identificadas, devendo qualquer alteração de morada ser comunicada à outra parte, dentro do prazo de 10 dias da data da ocorrência, sob pena de não surtir efeitos.

O presente contrato é outorgado em dois exemplares igualmente válidos, um para cada parte outorgante.

Odivelas, ____ de _____ de 2020

O Primeiro Outorgante

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

O Segundo Outorgante

(Rui Miguel Brito Ferreira)"

(Aprovado por maioria)

SOCIEDADE MUSICAL ODIVELENSE
APOIO PARA REALIZAÇÃO DE CONCERTO
INTEGRADO NAS COMEMORAÇÕES DO
22.º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Atribuição à Sociedade Musical Odivelense, de apoio extraordinário, no valor de € 7.350,50 (sete mil trezentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos), para realização de um concerto integrado nas comemorações do 22.º Aniversário do Município de Odivelas (2020), de acordo com a informação n.º Interno/2020/7171, de 2020.10.13.

(Aprovado por unanimidade)

ACEITAÇÃO DE DOAÇÕES AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

Aceitação de doações ao Município de Odivelas de equipamento informático, por parte de particulares e empresas, no âmbito do programa destinado à recolha de equipamento informático junto do tecido empresarial, instituições e comunidade local, com vista a colmatar as necessidades dos alunos que frequentam as escolas da rede pública do Concelho, e que não possuem equipamento necessário para o efeito, de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a informação n.º Interno/2020/0000, de 2020.07.23.

Foram doados ao Município os seguintes equipamentos informáticos:

Monitor marca LG, modelo Flatron L1752S;

Teclado marca Logitech;

Portátil marca ACER, modelo ASPIRE 4315_20G16MI;

Impressora marca EPSON, modelo STYLUS DX 9400 F;

20 Tablets marca SAMSUNG, modelo Galaxy Tab A;

1 Tablet marca ASUS, modelo ZEN PAD P01MA.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES**APROVAÇÃO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 8091/L/OC**

Aprovação da Operação de Loteamento, referente ao processo n.º 8091/L/OC, no Bairro Bons Dias, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, cujo estudo foi aprovado na 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 10 de março de 2010 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5 de 2010*), e aprovação da comunicação prévia de obras de urbanização, do prazo de Execução e Estabelecimento do valor da Caução, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/7720, de 2020.10.16.

“(…) Em face ao exposto e nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação, propõe-se relativamente ao

loteamento e suas obras de urbanização e nos termos e condições anexas na informação técnica anexa à presente proposta:

a) Que seja considerada adequadamente instruída a comunicação prévia de obras de urbanização;

b) Estabelecer o valor da caução em € 2.070.766,35 (dois milhões, setenta mil setecentos e sessenta e seis euros e trinta e cinco centavos), para efeitos de garantia da boa e regular execução das obras de urbanização, a qual deverá ser prestada com o pedido de emissão do Alvará de Loteamento.

c) Que seja fixado o prazo de execução das obras de urbanização em 15 meses, conforme requerido pela titular do processo;

d) A aceitação da planta síntese do loteamento atualizada, constante a fls. 1559;

Relativamente à compensação sobre áreas de cedência em falta:

e) A aceitação da proposta de compensação por não cedência de área de equipamento de utilização coletiva em falta, através da cedência de 2 lotes (lote 60 e 61 do Alvará de Loteamento 75/72 da urbanização da EDEC, descritos na CRP de Odivelas sob o n.º 32498 e 32499) com a área total de 1.165,00 m², ao domínio privado da Câmara Municipal de Odivelas, já em utilização pública e que permitiu o alargamento da Rua José Gomes Monteiro, em Odivelas com vista ao apoio à estação de metropolitano de Odivelas;

f) A aceitação das obras a executar na Zona 3 como compensação em espécie, nos termos do artigo 59.º do RMEU, a deduzir ao valor da taxa municipal de compensação pela não cedência da área de equipamento em falta, calculado nos termos do artigo 58.º do RMEU, no valor de 180.742,10€, (cento e oitenta mil setecentos e quarenta e dois euros e dez centavos);

g) O indeferimento do pedido de dedução do valor das obras a executar na zona 3, relativamente às taxas municipais de urbanização.

Constituirão elementos da instrução do pedido de emissão de alvará de loteamento, a prestação da caução fixada na alínea b) e a entrega dos alçados tipo das edificações que farão parte da urbanização. (...)” (excerto da informação n.º Interno/2020/7720, de 2020.10.16)

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA DE
OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - ALVARÁ N.º 02/2010
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 24340/L/OC**

Alteração de Licença Administrativa de Operação de Alvará de Loteamento n.º 02/2010, da Quinta da Horta Grande e Cochós, na Arroja, para os Lotes 2, 3, 8 e 9, na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões, apresentado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/7723, de 2020.10.16.

“(…) Através do requerimento apresentado através do registo urbanismo/2019/5882, datado de 04/11, é solicitada a alteração das especificações do Alvará de Loteamento 2/2010, relativamente aos seus lotes 2,3,8 e 9, conforme descrito na informação técnica de fls 2543 a fls 2547 anexa e que faz parte integrante da presente proposta.

Globalmente são propostas alterações quanto a:

- a) Aumento da área de construção destinada a habitação em 338m².
- b) Redução da área de construção destinada a atividades económicas em 948m²;
- c) N.º de fogos, reduzindo o seu número em 14, o que implica a redução da densidade habitacional;
- d) Previsão de área de construção destinada a equipamento de utilização coletiva no lote 8/9 com a área de 610m²
- e) Redução do n.º de lotes, unificando os lotes 8 e 9;
- f) Redução do número de lugares de estacionamento privados em 23, no interior do lote 8/9, continuando a cumprir a captação exigível.
- g) Manutenção da área total de construção.

A proposta não implica, portanto, o agravamento dos parâmetros anteriormente aprovados.

O presente procedimento foi, nos termos do previsto no n.º 8 do, do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro na sua atual redação, submetido a consulta pública, pelo facto das alterações implicarem variação do n.º de fogos até 3%, não tendo sido registado nenhum contributo.

A presente proposta conforma-se com o PDM e cumpre o previsto relativamente ao dimensionamento do n.º de lugares de estacionamento e áreas verdes

de utilização pública. (...)” (excerto da informação n.º Interno/2020/7723, de 2020.10.16)

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO 9.º ADITAMENTO DO ALVARÁ DE
LOTEAMENTO N.º 14/89 - JUNTA DE FREGUESIA DA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 31158/OM**

Alteração ao 9.º Aditamento do Alvará de Loteamento n.º 14/89, do Bairro Casal do Rato, para os Lote 9 e 175, na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões. O pedido de alteração da Licença administrativa foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, e consiste em alterar as condições do 9.º aditamento, que incidiu sobre os lotes 9 e 175, designadamente, às cláusulas 6.3.13 e 6.3.14, referentes à execução das obras de urbanização abrangidas pelo aditamento, com o objetivo de poder iniciar obras da estrutura das edificações, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/75, de 2020.10.22.

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE PONTINHA E FAMÕES - PROCESSO N.º 2731/LO/GI**

Alteração ao Alvará de loteamento n.º 4/2011, do Bairro dos Quatros, para o Lote 550, na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões. O pedido de alteração da Licença administrativa foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, e tem como objetivo a alteração do polígono de implementação definido para o lote 550, que se encontra vago, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/70, de 2020.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2013
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 4494/LO/GI**

Alteração ao Alvará de loteamento n.º 1/2013, do Bairro Serra Chã, para os Lotes 2 e 3, na União das Freguesias de Ramada e Caneças. O pedido de alteração da Licença foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, e tem como objetivo o aumento de parâmetros urbanísticos dos lotes 2 e 3, que se encontram vagos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/72, de 2020.10.13.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2001
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 35224/LO/GI**

Alteração ao Alvará de loteamento n.º 5/2001, do Bairro Trigache Norte Augi 1, para o Lote 71, na União das Freguesias de Pontinha e Famões. O pedido de alteração da Licença administrativa foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, e tem como objetivo o aumento de áreas de implantação e construção e aumento de um fogo, com vista à legalização da construção existente no lote 71, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/71, de 2020.10.13, nas seguintes condições:

Aplicação dos critérios definidos no artigo 99.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no artigo 49.º e n.º 2 do artigo 99.º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

Aceitação do valor de 4.649,40 € (quatro mil, seiscentos e quarenta e nove euros e quarenta centimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (35,00 m²), prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual e no artigo 49.º e n.º 2 do artigo 99.º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 10/2002
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 1376/LO/GI**

Alteração ao Alvará de loteamento n.º 10/2002, do Bairro Sete Quintas Augi 2, para o Lote 54, na União das Freguesias de Ramada e Caneças. O presente pedido foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e tem como objetivo afetar a área prevista para atividades económicas para habitação e aumento de um fogo, com vista à legalização da construção existente no lote 54, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/74, de 2020.10.19, nas seguintes condições:

Aplicação dos critérios definidos no artigo 99.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual e no artigo 49.º e n.º 2 do artigo 99.º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

Aceitação do valor de 1.313,79 € (mil trezentos e treze euros e setenta e nove centimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (10,02 m²), prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no artigo 49.º e n.º 2 do artigo 99.º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por maioria)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2001
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO TRIGACHE NORTE AUGI 1**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 305, inserido no Bairro do Trigache Norte AUGI 1, na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução n.º 11965, de 2020.09.18, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 2.469,87€ (dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e oitenta e sete centimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2001, de 14 de maio, ao abrigo do

n.º 5 do artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual, nos termos da informação técnica e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/69, de 2020.10.07.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 02/2013
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO DO GIRASSOL**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 100B, inserido no Bairro do Girassol, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, por depósito caução n.º 11153, de 2020.09.29, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 4.525,66€ (Quatro mil quinhentos e vinte e cinco euros e sessenta e seis centimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 2/2013, de 12 de setembro, ao abrigo do n.º 5 do artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual, nos termos da informação técnica e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/73, de 2020.10.15.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

“DESPACHO N.º 40/PRES/2020

Assunto: Delegação de competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Sr. Vereador João Paulo António para a Assembleia Municipal de 29 de outubro

1. Considerando que me encontro absolutamente impossibilitado de comparecer na sessão da Assembleia Municipal de Odivelas agendada para o dia 29 de outubro;

2. Considerando que me foi comunicado pelo Senhor Vice-Presidente, Sr. Dr. Edgar Valles, que naquela data também está impossibilitado de me substituir na representação da Câmara Municipal na sobredita sessão da Assembleia Municipal;

3. Considerando que compete ao presidente da câmara municipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal.

a) Delego no Senhor Vereador Dr. João Paulo António, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para representar a Câmara Municipal de Odivelas na sessão da Assembleia Municipal que se realizará no próximo dia 29 de outubro;

b) Dê-se conhecimento do presente Despacho ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas.

Odivelas, 27 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

“DESPACHO N.º 41/PRES/2020

Assunto: Critérios para o Procedimento interno de seleção a aplicar na mudança de nível na carreira de Informática

A mudança de nível na carreira de Informática consubstancia, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, a passagem para o escalão com índice superior mais aproximado do nível seguinte da mesma categoria, opera-se por meio do Procedimento Interno de Seleção e depende da permanência no nível anterior de um período de dois anos classificados de *Muito Bom* e ainda da permanência no mesmo organismo pelo período de um ano.

O procedimento Interno de Seleção deve ter por base a classificação de serviço (*atual Avaliação de Desempenho*), através da sua expressão quantitativa e a avaliação dos resultados dos projetos e atividades realizados nos últimos dois anos.

A abertura do referido procedimento Interno de Seleção, foi autorizada de acordo com o meu despacho datado de 08/10/2020, exarado na informação Interno/2020/7511 de 06/10/2020, e aprovada por deliberação do Executivo Municipal na 20.ª reunião ordinária, da CMO, realizada no dia 14 de outubro de 2020.

Nesta conformidade, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, determino as regras a observar no Procedimento Interno de Seleção para mudança de nível na carreira informática, nos seguintes termos:

1. Formalização das candidaturas:

1.1 – O prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis.

1.2 - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento obrigatório do formulário tipo “*Formulário de Procedimento Interno de Seleção para Mudança de Nível na Carreira de Informática*”, disponível na página eletrónica desta Câmara Municipal - *Áreas de intervenção/Recursos Humanos/Ofertas de Emprego/Formulários* e entregue na Divisão Jurídica e de Organização Municipal/Expediente.

1.3 - A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, de um relatório que consubstancia os resultados dos projetos e atividades realizados nos dois últimos anos.

2. Critérios de Avaliação:

2.1 - Classificação de serviço, através da sua expressão quantitativa;

2.2- Avaliação dos resultados dos projetos e atividades realizados nos dois últimos anos;

2.3 - A efetiva mudança de nível, depende, da obtenção de pontuação não inferior a um mínimo, o qual não poderá ser inferior a 14 valores numa escala de 20.

3. Classificação Final (CF):

A classificação final é traduzida numa escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (AD + 2FE)/3$$

CF – Classificação Final

AD – Avaliação de Desempenho

FE – Funções Exercidas

Em que:

3.1 – Avaliação de Desempenho (AD):

Média das classificações dos últimos dois anos (corresponde ao biénio 2017/2018), traduzida numa escala de 0 a 20 valores.

A expressão quantitativa da escala do SIADAP tem a seguinte expressão na escala de 4 a 20 valores:

Escala SIADAP	Valoração
4,500 – 5,000	20 valores
4,000 – 4,499	16 valores
2,000 – 3,999	12 valores
1,500 – 1,999	8 valores
1,000 – 1,499	3 valores

3.2 – Funções Exercidas (FE):

Avaliação das tarefas realizadas nos dois últimos anos, de acordo com as exigências da função, pondera os projetos realizados e as atividades desenvolvidas, considerando como máximo 6 projetos/atividades, sendo a respetiva classificação igualmente traduzida numa escala de 0 a 20 valores.

3.2.1 – Classificação de cada Projeto/Atividade:

Participação do técnico em cada Projeto/Atividade realizado, devendo para esse efeito, o técnico apresentar em relatório circunstanciado das suas atividades nos dois últimos anos, sujeito a avaliação qualitativa por parte dos seus superiores hierárquicos diretos. O júri atribui uma avaliação ao referido relatório, numa escala de 0 a 20 valores, tendo por base a seguinte grelha:

$$PA = Q+M+EI+NC$$

Em que:

PA = Classificação de cada Projeto/Atividade

Q = Qualidade

M = Motivação

EI = Espírito de Iniciativa

NC = Nível de Comunicação

Cada um dos itens é obtido com base nas seguintes matrizes:

Avaliação do Desempenho	5 pontos	4 pontos	3 pontos	1 ponto
Qualidade (Q)	Qualidade excelente projeto/atividade	Elevada qualidade projeto/atividade	Alguma qualidade projeto/ atividade	Pouca qualidade projeto/ atividade
Motivação (M)	Excelente interesse e dedicação nas tarefas que lhe são confiadas	Elevado interesse e dedicação nas tarefas que lhe são confiadas	Algum interesse e dedicação nas tarefas que lhe são confiadas	Reduzido interesse e dedicação nas tarefas que lhe são confiadas
Espírito de Iniciativa (EI)	Excelente espírito de iniciativa	Elevado espírito de iniciativa	Algum espírito de iniciativa	Reduzido espírito de iniciativa
Nível de Comunicação (NC)	Transmissão de conhecimentos, e apreensão das necessidades e dúvidas dos utilizadores com muita facilidade	Transmissão de conhecimentos com facilidade; Alguma apreensão das necessidades e dúvidas dos utilizadores	Transmissão de conhecimentos com facilidade relativa; Alguma apreensão das necessidades e dúvidas dos utilizadores	Dificuldade de transmissão de conhecimentos; Dificuldade de apreensão das necessidades e dúvidas dos utilizadores

Para o cálculo da classificação de cada projeto/atividade, efetua-se o somatório das pontuações obtidas em cada item.

4. Destinatários:

Nível de Acesso	Nº Trabalhadores	Serviço
Especialista de Informática Grau 2/Nível 2	1	DGOU/DPU
Especialista de Informática Grau 1/Nível 3	1	GTIC
Especialista de Informática Grau 1/Nível 3	1	DGOU/DPU

Técnico de Informática Grau 2/Nível 2	1	GTIC
Técnico de Informática Grau 1/Nível 2	3	GTIC
Técnico de Informática Adjunto Nível2	1	GCRPP
Total	8	

5. Composição do Júri:

Divisão de Planeamento Urbanístico (DPU):

Presidente:

- **António Henrique Moreira de Sousa**, Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico;

Vogais Efetivos:

- **Florinda Rosa Pisco Lixa**, Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

- **Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço**, Coordenador do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, equiparado a Chefe de Divisão;

Vogais Suplentes:

- **Piedade da Conceição Gageiro Lopes** – Técnica Superior;

- **Maria de Fátima Guerreiro Vieira Garcia** - Técnica Superior.

Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento (GTIC):

Presidente:

Paula Susana do Nascimento Teixeira Gonçalves, Diretora do Departamento Jurídico e de Administração Geral;

Vogais Efetivos:

- **Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço**, Coordenador do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, equiparado a Chefe de Divisão, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

- **Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte**, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Formação.

Vogais Suplentes:

- **Piedade da Conceição Gageiro Lopes** – Técnica Superior;

- **Maria de Fátima Guerreiro Vieira Garcia** - Técnica Superior.

Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (GCRPP):

Presidente:

- **Luís Miguel Soares Silveiro**, Coordenador do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, equiparado a Chefe de Divisão;

Vogais Efetivos:

- **Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço**, Coordenador do Gabinete de Tecnologia,

Informação e Conhecimento, equiparado a Chefe de Divisão;

- **Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte**, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Formação.

Vogais Suplentes:

- **Piedade da Conceição Gageiro Lopes** – Técnica Superior;

- **Maria de Fátima Guerreiro Vieira Garcia** - Técnica Superior.

Odivelas, 27 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

EDITAIS

“EDITAL N.º 104/PRES/2020

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011
Bairro dos Quatro
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 26.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011 do Bairro dos Quatro para o lote 484, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 2731/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 13 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

AVISOS

“AVISO

Alvará de Loteamento n.º eALV_2019/1 – B.º Casal do Saramago – Pontinha/Famões

Retificação

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual e ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, atento o teor da informação técnica n.º 17/IF/DGOU/DRRU/2020 referente à necessidade de retificação da identificação da freguesia relativa ao prédio descrito sob o n.º 1488/19960103 e identificação da freguesia relativa aos prédios descritos sob os números 2263 e 2264, retifica-se o Alvará de Loteamento identificado em epígrafe, em nome da Comissão de Administração Conjunta do Bairro Casal do Saramago.

As retificações ao mencionado alvará são as seguintes:

A fls. 1 no 2.º parágrafo do alvará de loteamento **onde consta:**

“Prédio descrito sob o n.º 1488/19960103 da Freguesia de Odivelas, na Conservatória do Registo Predial de Odivelas e inscrito na matriz sob o n.º 32184 do Livro n.º B-94, com uma área total de 10.801,00 metros quadrados do qual serão desanexados os lotes de 1 a 25 com uma área total de 4.232,90 metros quadrados, uma área de 2.346,35 metros quadrados para equipamento de utilização coletiva e espaços verdes de utilização coletiva e 4.218,75 metros quadrados para integrar o domínio público para arruamentos, passeios e estacionamento.

Deverá constar:

“Prédio descrito sob o n.º 1488/19960103 da Freguesia de Famões, na Conservatória do Registo Predial de Odivelas e inscrito na matriz sob o n.º 32184 do Livro n.º B-94, com uma área total de 10.801,00 metros quadrados do qual serão desanexados os lotes de 1 a 25 com uma área total de 4.232,90 metros quadrados, uma área de 2.346,35 metros quadrados para equipamento de utilização coletiva e espaços verdes de utilização coletiva e 4.218,75 metros quadrados para integrar o domínio público para arruamentos, passeios e estacionamento.

A fls. 1 no 3.º parágrafo do alvará de loteamento **onde consta:**

Prédio descrito sob o n.º 2263/19901030 na Conservatória do Registo Predial de Odivelas e inscrito na matriz sob o n.º 32182 do Livro n.º 94, com a área total de 80 metros quadrados para equipamento de utilização coletiva.

Deverá constar:

Prédio descrito sob o n.º 2263/19901030 da Freguesia de Odivelas, na Conservatória do Registo Predial de Odivelas e inscrito na matriz sob o n.º 32182 do Livro n.º 94, com a área total de 80 metros quadrados para equipamento de utilização coletiva.

A fls. 1 no 4.º parágrafo do alvará de loteamento **onde consta:**

Prédio descrito sob o n.º 2264/19901030 na Conservatória do Registo Predial de Odivelas e inscrito na matriz sob o n.º 32183 do Livro n.º 94, com a área total de 207 metros quadrados para equipamento de utilização coletiva.

Deverá constar:

Prédio descrito sob o n.º 2264/19901030 da **Freguesia de Odivelas**, na Conservatória do Registo Predial de Odivelas e inscrito na matriz sob o n.º 32183 do Livro n.º 94, com a área total de 207 metros quadrados para equipamento de utilização coletiva.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofreram qualquer alteração.

Paços do Concelho, 7 de outubro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)"

"AVISO

Alvará de Loteamento n.º 4/2009 – B.º Casal das Queimadas à Quinta das Dálías

13.º ADITAMENTO

Nos termos dos artigos 27.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual, é emitido o 13.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 4/2009 do Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálías. -

O presente Aditamento titula a alteração do lote 52, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob o número 4160/20101021 da freguesia de Famões, solicitada por Carlos Cipriano Rosa, portador do número de contribuinte 152704515, e aprovada, através de deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, na 10.ª reunião ordinária de 27 de maio de 2020. -----

1. DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES -----

As alterações à licença de loteamento consistem nas seguintes: alteração de parâmetros do lote que visam a eliminação da atividade económica no piso térreo, substituindo-a por mais um fogo, alterando-se as correspondentes áreas de utilização. Adicionalmente corrigirem-se os valores da área total do terreno de 44.373,00 m2 para 44.373,36 m2, da área afeta ao domínio público de 14.205,92 m2 para 14.286,52 m2 e da área total de construção de 27.558,00 m2 para 27.557,72 m2 que, por lapso, não foram devidamente atualizados nos anteriores aditamentos. -----

2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ALTERADOS -----

2.1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS DOS LOTES -----

Parâmetros prévios								
Lote	Área do Lote (m²)	Área de implantação (m²)	Área de Construção (m²)	Finalidade			N.º de Pisos	N.º de Fogos
				Habituação (m²)	Atividades Económicas (m²)	Outra (m²)		
52	280,00	160,00	320,00	160,00	160,00	--	2	1

Parâmetros alterados								
Lote	Área do Lote (m²)	Área de implantação (m²)	Área de Construção (m²)	Finalidade			N.º de Pisos	N.º de Fogos
				Habituação (m²)	Atividades Económicas (m²)	Outra (m²)		
52	280,00	160,00	320,00	320,00	0,00	--	2	2
Diferença				+160,00	-160,00			+1

2.2. PARÂMETROS GLOBAIS DO LOTEAMENTO

Área dos prédios a lotear (m ²)	44.373,36
Área total dos lotes (m ²)	29.432,60
Área de cedência para espaços verdes e de utilização coletiva (m ²)	0
Área de cedência para equipamentos de utilização coletiva (m ²)	654,24
Área de cedência para equipamentos de utilização coletiva exterior ao loteamento (m ²)	1.400,00
Área destinada a integrar o domínio público municipal para arruamentos (m ²)	14.286,52
Índice de construção/ utilização	0,62
Área de construção total (m ²)	27.557,72
Área de construção destinada a habitação (m ²)	23.733,48
Área de construção destinada a atividades (m ²)	3.133,00
Índice de atividades	0,13
Índice de ocupação	0,28
Área de ocupação (m ²)	12.570,24
Número total de lotes	103
Número total de fogos	164
Densidade habitacional (f/ha)	36,96
Lugares de estacionamento exteriores*	59
Lugares de estacionamento interiores*	227
Total de estacionamentos	286
(*) Lugares de estacionamento estimados, de acordo com o regulamento do loteamento e planta de síntese	
Os parâmetros alterados estão representados a negrito	

3. OUTRAS CONDIÇÕES ALTERADAS

Não existem condições alteradas. Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração. -----

4. CEDÊNCIAS AO DOMÍNIO PÚBLICO

As alterações introduzidas pelo presente aditamento não se refletem no aumento das necessidades de cedências para espaços verdes e equipmanetos públicos. -----

5. ESTACIONAMENTO

No âmbito das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 116.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento. -----

6. ELEMENTOS ANEXOS AO PRESENTE ADITAMENTO

- **Planta de Síntese do Loteamento** de 29-10-2020; -----

7. TAXAS URBANÍSTICAS

A taxa total pela emissão deste aditamento é de € 585,05 (quinhentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos) e foi cobrada através da guia n.º 6719 de 03-07-2020. -----

Em tudo o que não ficar expressamente regulado no presente alvará, vigorará a legislação aplicável, designadamente o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação em vigor. -----

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual. -----

Registado na Câmara Municipal de Odivelas, no livro 4, em 07-10-2020. -----

Município de Odivelas, 7 de outubro de 2020. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)"

"AVISO

Alvará de Loteamento n.º 7/2001 – B.º dos Pedernais

16.º ADITAMENTO

Nos termos dos artigos 27.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual, é emitido o 16.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 7/2001 do Bairro dos Pedernais. -----

O presente Aditamento titula a alteração dos lotes B112, B115, B117, B154A, C3 e D76, descritos na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob os números 1981/20031104, 1982/20031104, 1983/20031104, 2098/20040602, 1984/20031104 e 1531/20020719 da freguesia de Ramada, aprovada através de deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, na 3.ª reunião ordinária de 5 de fevereiro de 2020. -----

1. DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES -----

As alterações à licença de loteamento consistem nas seguintes: alteração de parâmetros urbanísticos definidos para os lotes mencionados em epígrafe visando a legalização de edificações existentes dos Lotes B112, B115, B117, B154A, C3 e aumento de parâmetros para o lote D76 que se encontra vago. -----

2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ALTERADOS -----

2.1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS DOS LOTES -----

Parâmetros Previstos						
Lote	Área Lote	Área Imp.	Área Cons.	Nº Oc.	Nº Pisos	Nº Fogos
B112	352,20	120,00	240,00	-	2+CV	1
B115	489,80	150,00	300,00	1	2+CV	1
B117	465,80	146,70	293,40	--	2+CV	1
B154A	176,20	60,80	121,60	-	2+CV	3
C3	401,50	147,40	294,80	-	2+CV	1
D76	538,20	120,00	240,00	-	2+CV	1

Parâmetros Alterados						
Lote	Área Lote	Área Imp.	Área Cons.	Nº Oc.	Nº Pisos	Nº Fogos
B112	352,20	286,25	997,20	-	2+CV	6
B115	489,80	380,00	443,90	1	2+CV	-
B117	465,80	370,00	400,30	1	2+CV	-
B154A	176,20	60,80	127,00	-	2+CV	3
C3	401,50	316,30	329,50	1	2+CV	-
D76	538,20	120,00	240,00	-	2+CV	1
Diferencial	--	+788,45	+1048,10	+2	--	+2

2.2. PARÂMETROS GLOBAIS DO LOTEAMENTO

Área dos prédios a lotear (m²)	235.555,35
Área total dos lotes (m²)	173.568,05
Área de cedência para espaços verdes e de utilização coletiva (m²)	5.669,00
Área de cedência para equipamentos de utilização coletiva (m²)	28.091,60
Área destinada a integrar o domínio público municipal para arruamentos (m²)	53.129,70
Índice de construção/ utilização	0,55
Área de construção total (m²)	130.438,06
Área de construção destinada a habitação (m²)	112.327,83
Área de construção destinada a atividades (m²)	18.110,23
Índice de atividades	0,29
Índice de ocupação	0,26
Área de ocupação (m²)	62.015,03
Número total de lotes	436
Número total de fogos	793
Densidade habitacional (f/ha)	33,67
Lugares de estacionamento exteriores*	43
Lugares de estacionamento interiores*	--
Total de estacionamentos	--
(*) Lugares de estacionamento estimados, de acordo com o regulamento do loteamento e planta de síntese.	
Os parâmetros alterados estão representados a negrito	

3. OUTRAS CONDIÇÕES ALTERADAS -----

Não existem condições alteradas. Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração. -----

4. CEDÊNCIAS AO DOMÍNIO PÚBLICO -----

As alterações introduzidas pelo presente aditamento refletem no aumento das necessidades de cedências para espaços verdes e equipmanetos públicos. -----

5. ESTACIONAMENTO -----

No âmbito das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 116.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento. -----

6. ELEMENTOS ANEXOS AO PRESENTE ADITAMENTO -----

• **Planta de Síntese do Loteamento** de 23-09-2020; -----

7. TAXAS URBANÍSTICAS -----

A taxa total pela emissão deste aditamento é de € 75.644,48 (setenta e cinco mil seiscientos e quarenta e quatro euros e quarenta e oito centavos) e foi cobrada com redução de 50% nos termos do art.º 4.º do RTORM através das guias n.º 4555 e 7551 de 30/07/2020

Em tudo o que não ficar expressamente regulado no presente alvará, vigorará a legislação aplicável, designadamente o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação em vigor. -----

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual. -----

Registado na Câmara Municipal de Odivelas, no livro 4, em 19-10-2020. -----

Município de Odivelas, 19 de outubro de 2020. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

COESÃO SOCIAL

Decisões com eficácia externa tomadas pelo Sr. Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano, ao abrigo do disposto no Despacho de Subdelegação de Competências da Sra. Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, n.º 04/VSS/2020, de 18 de setembro, no âmbito da Divisão de Coesão Social, referentes ao mês de outubro de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/8665, de 2020.10.30 (edoc/2020/64282):

DCS - Divisão de Coesão Social

DCS/SGPH - Setor de Gestão do Parque Habitacional

EDOC/2020/55831

Interno/2020/7476 de 2020/10/06

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I - Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto 2 – 3º Fte Odivelas - Silviurbana
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “Ao DJAG_DFA_ER. Tendo em consideração o informado na etapa anterior e em conformidade com a alínea e) do n.º 5 do Despacho n.º 4/VSS/2020, de 18 de setembro, autorizo o cabimento, compromisso e pagamento da presente despesa.”
Data da decisão: 2020/10/19

EDOC/2020/55826

Interno/2020/7478 de 2020/10/06

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I - Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto 2 – 2º Esq. Odivelas - Silviurbana
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “Ao DJAG_DFA_ER. Tendo em consideração o informado na etapa anterior e em conformidade com a alínea e) do n.º 5 do Despacho n.º 4/VSS/2020, de 18 de setembro, autorizo o cabimento, compromisso e pagamento da presente despesa.”
Data da decisão: 2020/10/19

EDOC/2020/55799

Interno/2020/7474 de 2020/10/06

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I - Acordo 328 sito na Rua Amélia Rey Colaço 3 – 14º Esq. Odivelas – Silviurbana
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “Ao DJAG_DFA_ER. Tendo em consideração o informado na etapa anterior e em conformidade com a alínea e) do n.º 5 do Despacho n.º 4/VSS/2020, de 18 de setembro, autorizo o cabimento, compromisso e pagamento da presente despesa.”
Data da decisão: 2020/10/19

EDOC/2020/55807

Interno/2020/7480 de 2020/10/06

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I - Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto 4 – R/C Dtº Odivelas - Silviurbana

Decisão do Sr. Diretor do DECS: “Ao DJAG_DFA_ER. Tendo em consideração o informado na etapa anterior e em conformidade com a alínea e) do n.º 5 do Despacho n.º 4/VSS/2020, de 18 de setembro, autorizo o cabimento, compromisso e pagamento da presente despesa.”
Data da decisão: 2020/10/19

EDOC/2020/60653

Interno/2020/8083, de 2020/10/20

Assunto: Transferência de fogo Prohabita para fogo no Parque Habitacional Municipal – Morada: Praceta Alice Pestana, n.º 4 – C/V C - Odivelas
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “À DECS_ER. De acordo, proceda-se em conformidade com o proposto.”
Data da decisão: 2020/10/26

EDOC/2020/60759

Interno/2020/8192, de 2020/10/21

Assunto: Cessação do contrato de arrendamento – Rua Paiva de Andrade 16 – 2º Esq., Odivelas – Procedimentos contabilísticos e comunicação ao senhorio
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “À DECS_ER. De acordo, proceda-se em conformidade com o proposto.”
Data da decisão: 2020/10/26

EDOC/2020/60769

Interno/2020/8219, de 2020/10/22

Assunto: Transferência de fogo Prohabita para fogo no Parque Habitacional Municipal – Morada: Praceta Alice Pestana, n.º 4 – 2º B - Odivelas
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “À DECS_ER. De acordo, proceda-se em conformidade com o proposto.”
Data da decisão: 2020/10/26

EDOC/2020/60788

Interno/2020/8146, de 2020/10/20

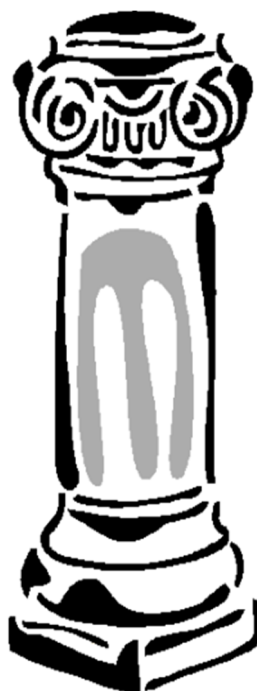
Assunto: Transferência de fogo Prohabita para fogo no Parque Habitacional Municipal – Morada: Praceta Alice Pestana, n.º 4 – 3º A - Odivelas
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “À DECS_ER. De acordo, proceda-se em conformidade com o proposto.”
Data da decisão: 2020/10/26

EDOC/2020/61645

Interno/2020/8298, de 2020/10/26

Assunto: Cálculo do Valor de Renda (PROHABITA/CESSAÇÃO) - Morada: Praceta Alice Pestana n.º 4 – C/V A – Odivelas
Decisão do Sr. Diretor do DECS: “À Sr.ª CDCS, Dr.ª Inês Fradique, Concordo com o proposto na etapa 9, proceda-se em conformidade.”
Data da decisão: 2020/10/29

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA*

Realizada em 22 de outubro de 2020

** Em conformidade com as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), e com o disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2020 de 28 de julho, a presença em sala encontrava-se restrita a um número máximo de eleitos e aos serviços de apoio indispensáveis à realização da sessão. Os restantes eleitos participaram por plataforma de videoconferência e, adicionalmente, a Sessão esteve acessível durante o seu decurso através da internet.*

Nos termos da referida Lei, e de forma a assegurar o acesso do público às sessões da Assembleia Municipal de Odivelas foi disponibilizado o endereço eletrónico da AMO (assembleia.municipal@cm-odivelas.pt), para inscrição e participação deste (mediante envio de intervenção escrita ou envio de ficheiro de imagem/vídeo com intervenção não superior a 5 minutos) e a possibilidade de o público se dirigir aos serviços nos Paços do Concelho, no dia anterior à reunião, no período entre as 15h e as 17h, gravando a sua intervenção.

A visualização da Sessão da Assembleia Municipal, foi possível pela plataforma Youtube, através do canal da Assembleia Municipal de Odivelas.

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

“PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS EXTINTAS!-UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO”

Pela bancada da CDU foi apresentada uma moção, com o título “Pela reposição das Freguesias extintas!-Um imperativo democrático” (documento n.º 1), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a moção, foi rejeitada por maioria, com os

votos a favor das bancadas da CDU e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção das bancadas do BE, PAN e do PPD/PSD e com os votos contra das bancadas do PS e do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

“MOÇÃO

ALTERAR A PORTARIA QUE REGULA OS RÁCIOS DE AUXILIARES EDUCATIVAS COM FUNÇÕES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS (ASSISTENTES OPERACIONAIS E ASSISTENTES TÉCNICOS) PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS

O insuficiente número de Auxiliares Educativos (assistentes operacionais) nas Escolas é uma realidade antiga, com consequências no acompanhamento e apoio aos alunos e no normal funcionamento das Escolas e agora muito acentuado pela pandemia em que vivemos.

É uma situação que tem merecido, desde sempre, a denúncia por parte dos pais e da generalidade da comunidade escolar que exigem o reforço desses profissionais.

As alterações ao ratio de auxiliares educativas (assistentes operacionais) introduzidas pela portaria 245-A/2020 de 16 de Outubro, aprovada pelo governo e já em vigor, continua assente na contenção de custos e não nas necessidades objectivas de cada escola no que concerne às suas características e inserção no meio, à tipologia de edifícios, ao número de alunos no geral, ao número de alunos com necessidades educativas especiais.

As alterações introduzidas, acrescentam 3000 Auxiliares Educativos com funções operacionais (assistentes operacionais), parte deles precários; a um universo de 5300 escolas! O que evidencia a perpetuação da falta de pessoal não docente nas Escolas da Rede Pública. Acentuar, que subsistirá o trabalho precário, para sazonalmente, preencher lugares que correspondem a trabalho permanente nas Escolas, com contratados a termo pelo período de um ano lectivo, à hora ou com recurso ao Fundo de Desemprego. De notar, ainda, que é omissa o rácio para Auxiliares Educativas com funções administrativas (assistentes técnicas).

No contexto de pandemia, em que as Escolas são confrontadas com novas exigências no seu funcionamento por forma a garantir as condições definidas pelo ministério da Educação e pelas Autoridades de Saúde, é imperativo e inadiável o reforço, particularmente, de Auxiliares Educativas com funções operacionais (assistentes

operacionais), para assegurar as inúmeras tarefas decorrentes dos planos de contingência.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em Sessão Extraordinária a 22 de Outubro de 2020, delibera solicitar ao Governo a alteração à portaria n.º 245-A/2020 de 16 de outubro, por forma a dotar as escolas com os profissionais, efectivamente, necessários ao seu regular funcionamento.

(Documento apresentado pela bancada da CDU – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do BE, do PPD/PSD, da CDU, do PAN e do Membro Independente Lúcia Lemos, com o voto contra da bancada do CDS/PP.)

Odivelas, 23 de outubro de 2020”

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“A SAÚDE NÃO PODE ESPERAR PELO REFORÇO DO NÚMERO DE MÉDICOS, ENFERMEIROS E PESSOAL AUXILIAR”

Pela bancada da CDU foi apresentada uma Moção, com o título “A Saúde não pode esperar pelo reforço do número de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar” (documento n.º 3), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a moção, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, do PPD/PSD, da CDU, do PAN e do Membro Independente Lúcia Lemos, com os votos contra das bancadas do PS e do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO

“POR UMA POLÍTICA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL”

Pela bancada do BE foi apresentada uma Recomendação, com o título “Por uma política de mobilidade sustentável” (documento n.º 4), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, PAN e da CDU e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção da bancada do PPD/PSD e com os votos contra das bancadas do PS e do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

“RECOMENDAÇÃO

PELA REQUALIFICAÇÃO DE PASSADEIRAS DE PEÕES

Considerando que:

i. apesar de algumas intervenções, são reconhecidos os vários problemas e situações anómalas com as passagens de peões em vários pontos do concelho de Odivelas;

ii. são de triste memória os atropelamentos mortais na EN-250, bem como os sucessivos acidentes rodoviários em muitas outras estradas do concelho, muitos dos quais devido à má visibilidade e/ou colocação das passadeiras;

iii. muitas passadeiras estão mal sinalizadas, outras encontram-se colocadas em pontos pouco seguros para peões e, até mesmo, para a circulação rodoviária;

iv. mais do que pintar de novo as passadeiras e instalar a respetiva sinalização vertical em cada sentido do trânsito, é necessário equacionar a colocação das próprias passagens de peões.

v. por exemplo, muitas dessas passagens de peões estão colocadas no enfiamento de paragens de autocarro, ficando essas travessias obstruídas pelas viaturas que ali recebem/largam passageiros/as. Essa situação faz com que, não raras vezes, a passagem da via se faça fora do local apropriado e com baixa visibilidade, quer por parte de peões como de automobilistas;

vi. outras passadeiras estão mal sinalizadas, sendo pouco perceptíveis, principalmente, à noite ou em condições de visibilidade reduzida;

vii. a desclassificação das estradas nacionais que atravessam o nosso território deu origem a um processo de transferência da sua tutela para a Câmara Municipal de Odivelas e que deixará a autarquia com total responsabilidade sobre todas as estradas do concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 22 de outubro de 2020, recomenda ao executivo municipal que:

1. em parceria com as Juntas de Freguesia, faça um levantamento do posicionamento e condições de visibilidade das passagens de peões existentes no concelho;

2. promova a retificação da sinalética vertical das passadeiras, por forma a aumentar a visibilidade das mesmas e garantir mais segurança para todas e todos utilizadores das estradas;

3. corrija todas as situações que representam risco para a segurança rodoviária, nomeadamente através da remarcação e renovação da sinalização e do reposicionamento de passadeiras que se encontram «encostadas» a paragens de autocarro, «em cima» de curvas e demasiado próximas de desníveis.

Enviar este documento a todas as Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia do concelho e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do BE, do PPD/PSD, da CDU, do PAN e do Membro Independente Lúcia Lemos, com os votos contra da bancada do CDS/PP.)

Odivelas, 23 de outubro de 2020”

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

4.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2020 **18.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL**

Presente para deliberação a Proposta da 18.ª Alteração Orçamental ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, 4.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020. A 4.ª Alteração Modificativa de 2020 é efetuada com os seguintes objetivos: inscrição de novas rubricas e de novos projetos; ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes; atualização dos valores a receber no âmbito dos Projetos Participados; inscrição do valor a receber no âmbito do Protocolo com a Infraestruturas de Portugal. De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e por força da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e nos termos da informação n.º Interno/2020/7669, de 2020.10.09, aprovada na 20.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 14 de outubro de 2020, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 22 de 2020*, página 7), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, para deliberação nos seguintes termos:

“4.ª Alteração Orçamental Modificativa

A 4.ª Alteração Modificativa de 2020 é efetuada com os seguintes objetivos:

- inscrição de novas rubricas e de novos projetos;
- ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes;
- atualização dos valores a receber no âmbito dos Projetos Participados;
- inscrição do valor a receber no âmbito do Protocolo com a Infraestruturas de Portugal, EP;

Receita

Assim do lado da receita, verifica-se uma diminuição das receitas correntes no valor de 1.404.396,00€ (um milhão, quatrocentos e quatro mil, trezentos e noventa e seis euros), contrastando com um aumento das receitas de capital, de igual valor, ou seja de 1.404.396,00 € (um milhão, quatrocentos e quatro mil, trezentos e noventa e seis euros).

No âmbito da presente Revisão Orçamental, importa destacar as alterações aos seguintes projetos/ações:

○ TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – EMPRESAS PÚBLICAS – Protocolo com as Infraestruturas de Portugal, EP

Rubrica: 10010101 – Transferências de Capital – Empresas Públicas
Reforço – 700.000,00 €

○ ESTADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS - Requalificação e Reabilitação do Centro Infantil – Creche de Odivelas

Rubrica: 10030746 – Transferências de Capital - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados
Reforço – 68.185,00 €

○ ESTADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS – Reabilitação da Quinta do Espírito Santo

Rubrica: 10030747 – Transferências de Capital - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados
Reforço – 410.238,00 €

○ ESTADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS – Rede Ecológica – Zona

Verde das Colinas do Cruzeiro – Zona Norte – 2ª
 Fase – Percurso das Colinas – Passadiços

Rubrica: 10030748 – Transferências de Capital -
 Estado - Participação comunitária em projetos co-
 financiados
 Reforço – 102.723,00 €

o ESTADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM
 PROJETOS COFINANCIADOS – Serviços e Redes de
 Intervenção Social e Saúde – Idade+

Rubrica: 10030749 – Transferências de Capital -
 Estado - Participação comunitária em projetos co-
 financiados
 Reforço – 67.000,00 €

o ESTADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM
 PROJETOS COFINANCIADOS – Unidade de Saúde de
 Famões

Rubrica: 10030750 – Transferências de Capital -
 Estado - Participação comunitária em projetos co-
 financiados
 Reforço – 212.190,00 €

o ESTADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM
 PROJETOS COFINANCIADOS – Reabilitação dos
 Claustros do Mosteiro do Mosteiro S. Dinis e S.
 Bernardo

Rubrica: 10030751 – Transferências de Capital -
 Estado - Participação comunitária em projetos co-
 financiados
 Reforço – 93.960,00 €

Numa análise comparativa entre as dotações
 atuais e o previsto na presente ALTERAÇÃO
 ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, verifica-se um
 diminuição de 1,8 % das receitas correntes, ou seja
 de 1.404.396,00 Euros, bem como um aumento de
 5,2 % das receitas de capital, ou seja de 1.404.396,00
 Euros.

ALTERAÇÃO RECEITA Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Receitas Correntes	1.475,00	1.405.871,00
Total de Receitas Capital	1.654.296,00	249.900,00
Total de Outras Receitas		
Total Geral	1.655.771,00	1.655.771,00

(un: euros)

Despesa

Já do lado da despesa, verifica-se uma diminuição
 das despesas correntes no valor de 1.208.678,99 €
 (um milhão, duzentos e oito mil, seiscentos e
 setenta e oito euros e noventa e nove centésimos),
 bem como, um aumento das despesas de capital,
 no mesmo valor, ou seja de 1.208.678,99 Euros (um
 milhão, duzentos e oito mil, seiscentos e setenta e
 oito euros e noventa e nove centésimos).

Numa análise comparativa entre as dotações
 atuais e o previsto na presente ALTERAÇÃO
 ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, verifica-se um
 aumento de 3,3 % das despesas de capital, bem
 como, uma diminuição de 1,5 % das despesas
 correntes.

ALTERAÇÃO DESPESA Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	1.150.138,23	2.358.817,22
Total de Despesas Capital	1.905.967,12	697.288,13
Total Geral	3.056.105,35	3.056.105,35

Grandes Opções do Plano

No âmbito da presente Revisão Orçamental,
 importa destacar as alterações aos seguintes
 projetos/ações:

o ESTUDOS, PROGRAMAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO DA
 SAÚDE PÚBLICA E AMBIENTE - COVID 19 - Prevenção e
 Proteção a entidades terceiras

Rubrica: 020121 - Outros Bens
 Reforço – 65.000,00 €
 Rubrica: 020225 - Outros Serviços
 Reforço – 30.000,00 €

o APOIO ÀS CORPORACÕES DE BOMBEIROS DO
 CONCELHO - Apoio à Atividade

Rubrica: 04070101 – Transferências Correntes -
 BOMBEIROS
 Reforço – 25.000,00 €

o CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E
 GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS -
 Beneficiação e Reparação do Mosteiro S. Dinis e S.
 Bernardo - Odivelas

Rubrica: 07010307 - Outros
Diminuição – 132.000,00 €

○ PARQUES INFANTIS

O.Participativo 2018/19: Parque Infantil para Todos/Inclusivo e Requalificação de Campo de Jogos - Escola Básica Casais de Trigache - Famões
Rubrica: 07010405 - Parques e Jardins
Diminuição – 50.000,00 €, valor transferido para 2021

O.Participativo 2018/19: Construção Parque Infantil no B.º Sol Nascente – Famões
Rubrica: 07010405 - Parques e Jardins
Diminuição – 80.000,00 €, valor transferido para 2021

○ REDE VIÁRIA, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Requalificação da Avenida Marechal Gomes da Costa, em Famões
Rubrica: 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Diminuição – 5.000,00 €, valor transferido para 2021

Requalificação da Rua José António Carvalho, em Famões
Rubrica: 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Diminuição – 10.000,00 €, valor transferido para 2021

Requalificação da Rua Combatentes do Ultramar, entre Rua Prof. Olga Passos e Rotunda Arnaldo Dias, em Odivelas
Rubrica: 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Diminuição – 50.000,00 €, valor transferido para 2021

○ REDE VIÁRIA, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Requalificação da Praça Bento Jesus Caraça e Envolvente, na Pontinha
Rubrica: 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Diminuição – 50.000,00 €, valor transferido para 2021

Requalificação da Avenida José Guerreiro
Rubrica: 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Diminuição – 100.000,00 €, valor transferido para 2021

○ CRIAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS - Rio da Costa - 4.ª Fase

Rubrica: 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Diminuição – 70.000,00 €, valor transferido para 2021

○ CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES - Intervenções Diversas - Equipamentos Escolares: Escolas Secundárias

Intervenções Diversas - Equipamentos Escolares: Escolas Secundárias
Rubrica: 07010305 – Escolas
Reforço – 405.000,00 €

Intervenções Diversas - Equipamentos Escolares: Jardins de Infância e Escolas Básicas
Rubrica: 07010305 – Escolas
Reforço – 130.000,00 €

○ BENEFICIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

O.Participativo 2020/21: Construção da Zona de Lazer no Bairro Sol Nascente - Famões
Rubrica: 07010413 - Outros
Diminuição – 90.000,00 €, valor transferido para 2021

Requalificação da Avenida D. Dinis
Rubrica: 07010413 – Outros
Reforço – 15.000,00 €

Execução Coerciva de Obras de Urbanização
Rubrica: 07010413 – Outros
Reforço – 25.000,00 €

○ PLANEAMENTO E ATIVIDADES SUPORTE - Reabilitação e Conservação de Fogos na Área do Município - Reabilitações - Obras - Frações / Fogos

Rubrica: 07010203 – Reparação e Beneficiação
Inscrição – 5.000,00 €
Inscrição em 2021 – 395.000,00 €

De referir igualmente a criação dos seguintes novos projetos:

○ PLANEAMENTO E MOBILIDADE URBANA – Expansão da Rede de Metropolitano

Rubrica: 08070103 – Transferências de Capital - Outros
Reforço – 270.000,00 €
Reforço em 2021 – 400.000,00 €

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, verifica-se:

o um aumento de 1,7 % nas Funções Gerais, ou seja de 310.524,91 Euros, passando de 18.853.202,53 Euros, para 19.163.727,44 Euros;

o uma redução de 0,5 % nas Funções Sociais, ou seja de 255.799,88 Euros, passando de 46.814.979,34 Euros para 46.559.179,46 Euros;

o um aumento de 0,1% nas Funções Económicas, ou seja de 8.804,97 Euros, passando de 13.391.559,92 Euros, para 13.400.364,89 Euros; e

o um aumento residual nas Outras Funções, ou seja de 470,00 Euros, passando de 10.641.758,21 Euros, para 10.642.228,21 Euros.

ANEXO I

Projetos de Despesa Corrente com Receita Consignada

Projeto		Valor
2020/A/8	Comunicações CTT	100 000,00 €
2020/A/26	Eletricidade	1 400 000,00 €
2020/A/37	Limpeza e Higiene	750 000,00 €
2020/A/234	Refeitórios Escolares	2 250 000,00 €
Total		4 500 000,00

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do exposto no art.º 40 n.º 5 da Lei 73/2013, na redação dada pelo art.º 2º da Lei 51/2018, de 16/08, que define a regra de equilíbrio orçamental, no momento da alteração orçamental modificativa para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

Tendo em conta a citada norma relativa, encontram-se atualmente consignados à despesa corrente o valor de 4.500.000,00 €, (quatro milhões e quinhentos mil euros), que corresponde aos projetos de despesa corrente constantes do Anexo I.

De acordo com o disposto na Lei 73/2013, de 3 de setembro, verifica-se assim que se encontra cumprido a regra do Equilíbrio Orçamental, conforme quadro seguinte:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Receita Corrente Bruta Orçamentada	78.662.802,66	Despesa Corrente Orçamentada	80.158.989,48
Saldo De Gerência Consignado	4.500.000,00	Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazo	2.220.430,33
Total (1)	83.162.802,66	Total (2)	82.379.419,81
Receita Corrente Bruta + Saldo de Gerência Consignado > Despesa Corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazo		783.382,85	
(3) = (1) - (2)			

4.ª Alteração Orçamental Modificativa (AOM)

Resumo do Orçamento

RECEITAS						DESPESAS						
	Inicial (1)	Atual (2)	Varição (3)=(2)-(1)	Após 4.ª AOM (4)	Varição Valores (5)	Perc.	Inicial (1)	Atual (2)	Varição (3)=(2)-(1)	Após 4.ª AOM (4)	Varição Valores (5)	Perc.
Correntes	74 109 126,94	80 067 198,66	5 958 071,72	78 662 802,66	-1 404 396,00	-1,8%	73 584 023,36	81 367 668,47	7 783 645,11	80 158 989,48	-1 208 678,99	-1,5%
Capital	21 554 149,85	27 037 525,85	5 483 376,00	28 441 921,85	1 404 396,00	4,9%	29 764 304,64	36 151 231,53	6 386 926,89	37 359 910,52	1 208 678,99	3,2%
Outras	7 685 051,21	10 414 175,49	-2 729 124,28	10 414 175,49	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
TOTAL	103 348 328,00	117 518 900,00	8 712 323,44	117 518 900,00	0,00	0,0%	103 348 328,00	117 518 900,00	14 170 572,00	117 518 900,00	0,00	0,0%

(Valores em euros)

Valores em euros

(...)

(Aprovado por maioria)